



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DETERMINANTES DA
CONDIÇÃO FINANCEIRA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS**

Raryson Miletto Câmara Antunes
Orientador: Professor Dr. César Augusto Tibúrcio Silva

**Natal/RN
2023**

RARYSON MILETTO CÂMARA ANTUNES

**INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DETERMINANTES DA
CONDIÇÃO FINANCEIRA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do
Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis
da Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
Orientador: Professor Dr. César Augusto Tibúrcio
Silva

Área de concentração: Mensuração e Evidenciação
contábil.

Linha de Pesquisa: Estudo dos impactos da
contabilidade nas organizações e na sociedade.

**Natal/RN
2023**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Antunes, Raryson Miletto Câmara.

Indicadores socioeconômicos determinantes da condição financeira nos municípios brasileiros / Raryson Miletto Câmara Antunes. - Natal, 2024.
63f.: il.

Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. Natal, RN, 2023.

Orientação: Prof. Dr. César Augusto Tibúrcio Silva.

1. Teoria da condição financeira - Dissertação. 2. Fatores socioeconômicos - Dissertação. 3. Governos subnacionais - Dissertação. I. Silva, César Augusto Tibúrcio. II. Título.

RN/UF/Biblioteca CCSA

CDU 336.14:657.4

Agradecimentos

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a Deus, fonte de toda sabedoria, por me guiar ao longo desta jornada acadêmica e por me conceder a graça de completar esta pesquisa. Pedi a Ele a oportunidade e recebi. A Ele, pois, a glória eternamente.

A minha amada esposa Mara e ao meu filho, Josué Antunes, pela compreensão, renúncia e cumplicidade em mais esta jornada. Amo a todos vocês mais do que as palavras podem expressar. Esta conquista é um reflexo do nosso amor, compromisso e trabalho em equipe. Que continuemos a enfrentar juntos as jornadas que a vida nos reserva.

Ao meu orientador, Prof. Dr. César Augusto Tibúrcio Silva, pela paciência, disponibilidade, incentivo e por tantos outros ensinamentos que direta e indiretamente me ajudaram durante o desenvolvimento desta pesquisa. Mais uma vez, obrigado por segurar minha mão e me ajudar a completar este percurso.

Também agradeço aos professores do programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da UFRN- PPGCcon por compartilharem seus conhecimentos durante o curso, em especial aos professores da linha de pesquisa voltadas ao setor público: Dr. Luiz Manuel Esteves da Rocha Vieira e o Dr. Severino Cesário de Lima.

Aos membros da banca avaliadora, em especial ao professor Dr. Josedilton Alves Diniz por aceitar o convite. Estou ciente da importância do seu papel e quero expressar minha profunda gratidão por contribuir para o aperfeiçoamento do meu trabalho.

Expresso meu sincero agradecimento a todos os que contribuíram para o enriquecimento desta dissertação.

In Memória

Ao meu filho Luiz Antunes que se foi antes da conclusão deste curso.

Te amo filho!

RESUMO

A oferta contínua de bens e serviços públicos de qualidade mantém relação estreita com a saúde financeira dos governos em suas diversas esferas e, por conseguinte, com a administração pública. Logo, identificar se um governo encontra-se em uma condição financeira forte ou fraca pode representar um potencial indicativo de que as necessidades básicas da sociedade estão sendo ou serão atendidas de modo satisfatório. A literatura destaca que há vários fatores que podem afetar a condição financeira de um governo, tais como desastres naturais, crises econômicas, influências políticas, sociais etc. Esta pesquisa objetiva analisar em que medida os indicadores socioeconômicos influenciam a condição financeira dos municípios brasileiros no período de 2018 a 2021. A construção deste trabalho fundamenta-se na teoria da condição financeira governamental e utiliza a nota CAPAG atribuída pela STN como modelo para classificar a condição financeira dos municípios. Considerando a pluralidade de características distintas e comuns entre os municípios brasileiros, este trabalho justifica-se na premissa de que os governos subnacionais têm conhecimento mais próximo e apropriado dos recursos e necessidades locais. Trata-se, pois, de uma pesquisa exploratória com abordagem metodológica hipotético dedutivo e com enfoque quantitativo. Inclui levantamento teórico, identificação da condição financeira dos municípios, coleta e formação de indicadores e análise estatística. Nos resultados, apenas a variável gasto com investimento- GINV não apresentou significância para explicar a condição financeira dos municípios brasileiros. Destaca-se a influência negativa das variáveis criminalidade- CRIM e Bolsa família- BFAM na probabilidade de obter uma melhor classificação da condição financeira. Como contribuição complementar, destaca-se que a presença da atividade contábil- ACONT é confirmada como influente, indicando que o aumento em uma unidade da variável eleva em 5,6% a probabilidade de um governo ser classificado com uma forte condição financeira. A complexidade do tema torna a mensuração e análise desafiadora, sendo essencial para oferecer informações aos gestores e permitir a participação da sociedade no processo de gestão pública.

Palavras-chave: Teoria da condição financeira. Fatores socioeconômicos. Governos subnacionais.

ABSTRACT

The continuous supply of quality public goods and services maintains a close relationship with the financial health of governments in their various spheres and, consequently, with public administration. Therefore, identifying whether a government is in a strong or weak financial condition can represent a potential indication that society's basic needs are being or will be met satisfactorily. The literature highlights that there are several factors that can affect the financial condition of a government, such as natural disasters, economic crises, political and social influences, etc. This research aims to analyze the extent to which socioeconomic indicators influence the financial condition of Brazilian municipalities in the period from 2018 to 2021. The construction of this work is based on the theory of government financial condition and uses the CAPAG score attributed by the STN as a model to classify the financial condition of municipalities. Considering the plurality of distinct and common characteristics among Brazilian municipalities, this work is justified on the premise that subnational governments have closer and more appropriate knowledge of local resources and needs. This is, therefore, exploratory research with a hypothetical-deductive methodological approach and a quantitative focus. It includes theoretical survey, identification of the financial condition of municipalities, collection and formation of indicators and statistical analysis. In the results, only the variable spent on investment - GINV was not significant in explaining the financial condition of Brazilian municipalities. The negative influence of the crime variables - CRIM and family bag - BFAM on the probability of obtaining a better classification of financial condition is highlighted. As a complementary contribution, it is highlighted that the presence of the accounting activity - ACONT is confirmed as influential, indicating that an increase in one unit of the variable increases the probability of a government being classified as having a strong financial condition by 5.6%. The complexity of the topic makes measurement and analysis challenging, being essential to provide information to managers and allow society to participate in the public management process.

Keywords: Financial condition theory. Socioeconomic factors. Subnational governments

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Metodologia de cálculo da CAPAG	38
Tabela 2- Indicadores econômicos e financeiros	40
Tabela 3- Faixa de valor e Classificação parcial da CAPAG	41
Tabela 4- Classificação final da CAPAG	41
Tabela 5- Variáveis independentes, metodologia de cálculo e sinal esperado	43
Tabela 6 - Estatísticas descritivas	49
Tabela 7 – LOGIT em ordem para erros robustos	51
Tabela 8 - Análise de Autovalores da Matriz de Correlação	54
Tabela 9- Autovetores (cargas dos componentes)	54
Tabela 10 - Logit em ordem, usando os resultados da PCA	55
Tabela 11 - Logit Binária usando CAPAG = C como 1 e Forte = 0	56
Tabela 12 - Logit Ordenada acrescentando o Ano	57
Tabela 13 – Sinal esperado x resultado	58

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Estrutura e métodos para análise da condição financeira	23
Figura 2- Fatores que afetam a condição financeira governamental	24
Figura 3- Componentes para medir a condição financeira governamental	25
Figura 4- Matriz de correlação entre as variáveis	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACONT – Atividade contábil

BFAM – Bolsa família

CAPAG - Capacidade de Pagamento

CADÚNICO - Cadastro único

CF - Condição Financeira

CRIM- Criminalidade

DC – Endividamento

DD – Densidade demográfica

ETTRIB – Esforço tributário

ERN – Exploração dos recursos naturais

FPE - Fundo de Participação dos Estados

FINBRA - base de dados Finanças do Brasil

GINV – Gasto com investimento

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IL – Liquidez

IPTU - Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

MTE -Ministério do Trabalho e Emprego

MJ - Ministério da Justiça

PC – Poupança Corrente

QEE – Quantidade de empresas per capita

RPTA – Receita per capita

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

SICONFI – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

TSP – Tamanho do setor público

VEPTA – Vínculos empregatícios per capita

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1. Objetivo de pesquisa	14
1.2. Justificativa e contribuição	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO, DESENVOLVIMENTO DA HIPÓTESE E ESTUDOS ANTERIORES	17
2.1. Contexto histórico sobre a teoria da condição financeira governamental	18
2.2. Definição e objetivo da teoria da condição financeira governamental	20
2.3. Componentes da condição financeira governamental	22
2.4. Análise dos recursos e necessidades da comunidade	26
2.5. Estudos anteriores	29
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	33
3.1. População, amostra e período da pesquisa	35
3.2. Coleta de dados e definição das variáveis	35
3.3. Variável dependente	36
3.4. Variáveis independentes	40
3.5. Especificação do modelo econométrico	43
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	45
4.1. Estatísticas descritivas	45
4.2. Correlação	47
4.3. Regressão Logit ordenada	48
4.4. Análise adicional	50
4.4.1. Análise dos componentes principais	50
4.4.2. Análise da nota forte e fraca	52
4.4.3. Acrescentando o ano	53
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	59

1. INTRODUÇÃO

A oferta contínua de bens e serviços públicos de qualidade mantém relação estreita com a saúde financeira dos governos em suas diversas esferas e, por conseguinte, com a administração pública. Logo, identificar se um governo, a nível Federal, estadual ou municipal, encontra-se em uma condição financeira forte ou fraca pode representar um potencial indicativo de que as necessidades básicas da sociedade, como saúde, educação e segurança, estão sendo ou serão atendidas de modo satisfatório.

Entende-se que a condição financeira está relacionada diretamente com a capacidade de pagamento do ente público em cumprir com suas obrigações financeiras, de curto, médio e longo prazo, e fornecer continuamente bens e serviços públicos de qualidade à sociedade. É oportuno frisar que o governo não está obrigado a produzir lucros ou acumular riquezas, mas têm a responsabilidade de atender os anseios e as necessidades da coletividade e isso, implica manter uma boa condição financeira governamental (Lima, Diniz, 2016).

Alguns dos fatores condicionantes que podem trazer problemas financeiros governamentais reportam aos desastres naturais, a queda da arrecadação, as crises político-econômicas, a pandemia da COVID-19, as altas taxas de analfabetismo, a pobreza da população além de problemas relacionados à gestão das finanças públicas. Estas dificuldades são motivos de preocupações que podem gerar impacto no relevo econômico e social brasileiro (Borges, 2020; CNM, 2023; Sousa et al., 2019; Vieira, 2019).

Nesta conjuntura, compreender o que é a condição financeira voltada ao setor público torna-se uma informação basilar em qualquer nível de governo. A partir dessa avaliação é possível auxiliar os gestores públicos na tomada de decisão e alertá-los como devem ser conduzidos os recursos da entidade nos momentos futuros (Lima, 2018).

Ao longo da história, muitos governos passaram por períodos de declínio em sua condição financeira (Soll, 2014). Como essas dificuldades podem ser prejudiciais para os entes públicos, as entidades, os agentes públicos, os membros da sociedade civil e a comunidade acadêmica vem empenhando esforços para entender como surgem os desafios fiscais e como eles afetam as finanças dos governos (Kim, Matkin, 2019).

Os estudos iniciais sobre a condição financeira governamental reportam a década de 1970, quando os governos da cidade de Nova York, Cleveland, Detroit, San Diego, entre outras, apresentaram sérios problemas financeiros. Isso trouxe preocupação aos

norte-americanos, estimulando audiências legislativas, instituição de restrições, promoção de debates públicos, o que acabou florescendo melhoria na qualidade e na disponibilidade de informações sobre finanças governamentais. Isto trouxe à tona a relevância de estudos sobre a temática (Berne, Schramn, 1986).

Como visto, ao longo dos anos tem crescido a preocupação com a gestão pública com foco voltado a entender sobre a condição financeira governamental. Ao contemplar os estudos sobre a matéria, percebe-se que a sustentabilidade financeira de um ente público não depende apenas de fatores orçamentários, como a projeção de receitas e fixação de despesas. A literatura esclarece que essa análise não está restrita apenas a aspectos financeiros, sendo necessário um olhar que envolve fatores internos e externos além de outros eventos, tais como a tomada de decisão e a influência política partidária e ideológica, que podem influenciar a saúde financeira dos governos locais (Casal et al., 2013; Subires, Bolívar, 2017).

Segundo Niyama e Silva (2013) a gestão pública sofre influência de vários aspectos políticos em que estão presentes negociações, jogo de interesses, conflito de opiniões, atendimentos das demandas de parte da sociedade mais organizada, entre outros. Ademais, os agentes públicos tendem a focar suas ações a curto prazo em razão do processo eleitoral e isso, pode acabar influenciando na gestão financeira dos entes públicos.

Além disso, há o surgimento de pesquisas na área das finanças governamentais com foco voltado na relação entre a condição financeira e os diversos fatores sociais e econômicos. Sousa et al., (2019) relatam que estes fatores são comumente apresentados para explicar em que medida influenciam na condição financeira dos governos locais, partindo da premissa de que estão diretamente ligados à capacidade de arrecadação dos tributos e com a pressão por gastos públicos.

Cifuentes-Faura, Simionescu e Gavurova (2022) explicam que municípios que experimentam um maior crescimento econômico, possuem baixo índice de desempregados, implementam políticas fiscais e orçamentárias tendem a ter maior probabilidade de alcançar uma melhor condição financeira. Assim, depreende-se que o crescimento econômico local geralmente está associado a uma série de benefícios que podem impactar positivamente as finanças municipais e a qualidade de vida da população, tais como aumento da arrecadação de receita, redução da dívida pública, geração de emprego e renda, melhoria nos serviços públicos, atração de investimentos, entre outros.

Com isso, pressupõe-se que a condição financeira governamental pode ser influenciada por uma série de fatores, tanto sociais quanto econômicos, que se entrelaçam de maneira complexa. Os fatores econômicos, como elevadas taxas de desemprego e inflação, por exemplo, possivelmente elevariam as demandas dos programas sociais e a pressão por gastos públicos. Já fatores sociais, como demografia e criminalidade, podem elevar os custos com saúde e exigir gastos significativos com defesa e segurança pública.

Neste cenário, compreende-se que a condição financeira governamental é um fenômeno complexo que pode ser influenciado por diversos fatores. Logo, mensurar a condição financeira de um governo não é uma tarefa fácil, visto que os governos possuem características diferenciadas que devem ser levadas em conta no processo de análise, tais como as necessidades específicas da comunidade, as necessidades de investimentos, as pressões por gastos públicos, a carga de endividamento, o potencial de geração de receitas e a gestão financeira (Lima, Diniz, 2016).

É nesta messe que se baseiam os estudos voltados à condição financeira governamental. Busca identificar, prever e oferecer aos gestores informações que o ajudem a manter uma condição financeira governamental saudável. Isto inclui viabilizar ferramentas que auxiliem a sociedade, aos fornecedores, aos investidores e aos demais interessados a acompanhar e fazer parte do processo da gestão pública.

1.1. Objetivo de pesquisa

O objetivo desta pesquisa é analisar a influência dos indicadores socioeconômicos na condição financeira dos municípios brasileiros. O estudo se baseará na teoria da condição financeira, buscando compreender a relação entre a variável dependente e as variáveis independentes, e como isso influencia a condição financeira dos municípios.

A variável dependente será o indicador da capacidade de pagamento, que será representada pela nota CAPAG atribuída pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Quanto às variáveis independentes, foram selecionados indicadores sociais e econômicos, levando em consideração a literatura existente sobre o assunto e a disponibilidade de informação por município. Este estudo usará o termo indicadores socioeconômicos para se referir as variáveis independentes e que serão apresentados mais adiante.

1.2. Justificativa e contribuição

Os estudos preliminares de Oates (1972) propõem a hipótese de que os governos locais têm um conhecimento mais aprofundado das necessidades da comunidade em

comparação ao governo central devido à sua proximidade com os cidadãos. Além disso, Mendes (2004) afirma que o gestor municipal, por ter um conhecimento mais detalhado sobre a categoria de serviços em cada rua, bairro ou distrito, e por estar encarregado de uma área territorial menor, é o agente mais adequado para executar diversas obras e serviços na área urbana, tais como manutenção da iluminação pública, calçamento de ruas e coleta de lixo.

Lima e Diniz (2016) entendem que os municípios brasileiros possuem muitas atribuições e que grande parte dos serviços públicos oferecidos são essenciais para a sociedade local. No entanto, esses serviços podem estar ameaçados se o governo municipal não possuir uma condição financeira saudável. Os autores afirmam que uma condição financeira forte é influenciada pela forma como os gestores tomam suas decisões em relação às receitas e aos gastos, considerando aspectos econômicos e sociais que podem fugir do controle.

Ao compreender as características econômicas da comunidade, como a atividade econômica predominante, a renda média dos residentes, o nível de emprego e a arrecadação de impostos locais, o prefeito pode ter uma visão mais clara da capacidade de geração de receita do município. Isso pode possibilitar uma melhor alocação de recursos e desenvolvimento de estratégias para aumentar a arrecadação, seja por estímulo ao empreendedorismo local, atração de investimentos ou otimização da cobrança de impostos.

Neste trabalho, optou-se em analisar se os indicadores socioeconômicos podem influenciar a condição financeira dos municípios brasileiros, especialmente os relacionados aos recursos e necessidades da comunidade. Espera-se que ao compreender se esses indicadores influenciam a condição financeira dos municípios será possível contribuir para uma melhor gestão financeira governamental e garantir que os recursos estejam sendo utilizados de forma mais eficiente.

Percebe-se que os estudos sobre a análise da condição financeira estão em evolução no Brasil. No entanto, eles normalmente se concentram na análise financeira dos governos estaduais ou, no máximo, envolvendo uma amostra de municípios em um Estado da federação ou um grupo com porte e características semelhantes. Este estudo pretende analisar o Brasil em sua totalidade, abrangendo os 5.570 municípios brasileiros, incluindo o Distrito Federal (IBGE, 2021).

Diante do exposto, fica evidente que é necessário conduzir esta pesquisa com foco nos governos municipais. Isso se deve ao fato de que, como destacado anteriormente, os

governos subnacionais têm um conhecimento mais próximo e apropriado dos recursos e necessidades locais. Considerando a pluralidade de características distintas e comuns entre os municípios brasileiros em suas regiões e estados, é fundamental fornecer informações e conhecimentos para os entes públicos, gestores, fornecedores, sociedade civil e demais usuários, a fim de compreender, fortalecer e antecipar situações que possam influenciar a condição financeira dos municípios e, consequentemente, melhorar o bem-estar social.

Essa abordagem torna o estudo abrangente e relevante em âmbito nacional diante dos constantes desafios enfrentados e discutidos na contemporaneidade. Um desses desafios é a Emenda Constitucional 95/2016, que estabelece um regime de teto para os gastos públicos por um período de 20 anos. Além disso, há discussões recentes sobre a proposta do novo arcabouço fiscal apresentada pelo Projeto de Lei Complementar 62/2023, que vincula o limite dos gastos ao Produto Interno Bruto-PIB (Brasil, 2016; Brasil, 2023).

Dessa forma, a análise abrangente da condição financeira dos municípios brasileiros torna-se relevante para compreender as especificidades e desafios enfrentados por cada localidade. Isso permitirá identificar tendências, padrões e fatores socioeconômicos que podem influenciar a condição financeira dos governos municipais em todo o país. Além disso, fornecerá recompensas para a formulação de políticas públicas mais eficazes e adequadas às diferentes realidades locais, visando a promoção do bem-estar social e do desenvolvimento sustentável em todo o território nacional.

É louvável destacar que esta pesquisa apresenta alguns indicadores socioeconômicos não abordados em estudos anteriores envolvendo a condição financeira no contexto dos municípios brasileiros em sua totalidade. Além disso, busca preencher lacunas identificadas na literatura das finanças públicas relacionadas ao contexto nacional brasileiro.

Ao alinhar-se com a linha de pesquisa proposta pelo programa de pós-graduação em ciências contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), esta pesquisa contribui para a adição do conhecimento na área contábil, especialmente no contexto do setor público. Ao explorar os impactos da contabilidade nas organizações e na sociedade, ela abre caminho para avanços teóricos e práticos, promovendo a melhoria da administração dos recursos públicos municipais.

Com sua abordagem na análise da condição financeira governamental e seu compromisso com a responsabilidade científica e social, esta pesquisa busca analisar a

influência dos indicadores socioeconômicos na condição financeira dos governos locais e como resultado, fornece ferramentas valiosas para os gestores municipais auxiliando-os no processo de tomada de decisão e no gerenciamento eficiente dos recursos públicos.

Este trabalho também busca oferecer contribuições complementares para a classe contábil, analisando se a presença da atividade contábil dentro do município exerce influência positiva na condição financeira dos governos, além de apresentar informações relevantes aos demais usuários do setor público e consequentemente para uma gestão pública mais eficiente e transparente.

2. REFERENCIAL TEÓRICO, DESENVOLVIMENTO DA HIPÓTESE E ESTUDOS ANTERIORES

A construção deste trabalho fundamenta-se na teoria da condição financeira Governamental, que será explorada nos relatos subsequentes. Por meio de uma revisão da literatura serão elaboradas as hipóteses que nortearão esta investigação.

A teoria da condição financeira governamental postula que a situação financeira de um governo, seja ele municipal, estadual ou federal, desempenha um papel crucial no cumprimento de suas obrigações e na capacidade de oferecer bens e serviços públicos à sociedade. Compreender os fatores que influenciam essa condição financeira é essencial para promover uma gestão pública eficiente e responsável.

Com base na revisão da literatura, será formulada a hipótese que busca identificar os indicadores socioeconômicos que influenciam a condição financeira dos municípios brasileiros à luz da análise dos recursos e necessidades locais. Essa hipótese será embasada em estudos anteriores e poderá abranger diferentes variáveis, como o tamanho do setor público, a receita per capita, o esforço tributário, a exploração dos recursos naturais, os gastos com investimentos, a criminalidade, entre outros.

Ao formular e testar essas hipóteses, esta pesquisa visa contribuir para o entendimento dos indicadores socioeconômicos determinantes da condição financeira governamental nos municípios brasileiros. Com os resultados obtidos, será possível fornecer subsídios para a tomada de decisões dos gestores públicos, além de suscitar reflexões sobre a importância da gestão financeira eficiente e seu possível elo com desenvolvimento socioeconômico local e com o bem-estar da população.

2.1. Contexto histórico sobre a teoria da condição financeira governamental

É interessante observar como a preocupação com a condição financeira governamental remonta há tempos antigos. A bíblia destaca como o governo egípcio agiu para lidar com uma crise econômica iminente. Diante das previsões de condições climáticas adversas que impactam a agricultura, principal atividade econômica da região, o governo implementou medidas para garantir a sustentabilidade financeira e o bem-estar da sociedade (Gn. 41:1-57). Nesse relato, vemos uma estratégia que envolveu a cobrança de impostos e o armazenamento de alimentos para enfrentar o período de dificuldades. Essas ações visavam manter uma estrutura governamental funcionando e que fornecesse recursos para atender às necessidades básicas da população.

Este exemplo histórico ilustra a importância de uma boa gestão financeira governamental, tanto para a estabilidade do próprio governo quanto para garantir o bem-estar da sociedade em momentos de crise ou dificuldades. Embora as práticas e desafios tenham evoluído ao longo dos séculos, a necessidade de administrar eficientemente os recursos públicos e manter uma condição financeira saudável permanece como uma preocupação fundamental para os governos em todas as épocas.

No mundo contemporâneo, o despertar sobre os estudos voltados à condição financeira governamental ganhou relevo após a década de 1970 onde, novamente, emergiu a necessidade de empreender esforços para entender e prever mais de perto os motivos que contribuem para as dificuldades financeiras enfrentadas pelos governos. Desde então, a saúde financeira dos governos locais tornou-se um tópico frequente de discussão e conforme dizem Scorsone, Levine e Justice (2012) “tudo o que era velho é novo de novo” e a medida em que aumentam as preocupações com a saúde fiscal governamental, tanto em períodos de força quanto em períodos de crises econômicas, aumenta também a necessidade de compreender as partes deste enredo por parte dos formuladores de políticas públicas (Scorsone et al., 2012).

Os governos, Federal e Estadual, precisam avaliar a situação financeira local para fins de distribuição de subsídios e ajuda, bem como monitorar as dificuldades fiscais locais. Da mesma forma, os governos municipais devem monitorar muitos aspectos de sua própria saúde fiscal como parte de suas atividades de gestão financeira e formulação de políticas fiscais. Entender a formulação e a execução dessas políticas públicas pressupõem a necessidade de conhecer a condição financeira dos entes públicos que

mutuamente tem a responsabilidade de ofertar bens e serviços e revela a necessidade de que a saúde financeira de cada ente seja evidenciada e compreendida de forma adequada (Jacob, Hendrick, 2013; Lima, Diniz, 2016).

Na Espanha, a partir da década de 1980, observam-se déficits contínuos no financiamento do setor público, o que levou ao aumento da dívida pública. Esta situação era preocupante e na última década tem levado os governos espanhóis a reconhecer enormes déficits orçamentais decorrentes da dificuldade de controlar as despesas com serviços básicos, como saúde, educação, etc. A atual legislação espanhola obriga as autoridades locais a prestar contas e a manter um orçamento equilibrado. Obriga-os ainda a realizar diferentes fases de planificação orçamental caracterizadas pela implementação de medidas orçamentais, reformas estruturais e submissão a rigorosas condições de acompanhamento (Cifuentes-Faura et al., 2022).

De forma semelhante, os governos locais dos Estados Unidos têm enfrentado cada vez mais desafios financeiros na tentativa de conciliar as crescentes necessidades da comunidade com a disposição dos cidadãos em pagar mais impostos. A busca por estabilidade fiscal leva os formuladores de políticas públicas a montarem um arcabouço de regras para monitorar, prever e resolver problemas fiscais entre os diferentes níveis de governos norte-americanos (Scorsone et al., 2012).

No Brasil, há regras que tratam das finanças públicas, entre as quais é possível citar: a Lei 4.320/64 que trata sobre as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; a Carta Magna de 1988, em seu Capítulo II, que trata das normas gerais das finanças públicas aplicados aos entes da federação, a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF/2000, que reza sobre as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal da União, Estados, Distrito Federal e nos Municípios; e mais recentemente, as discussões sobre o Projeto de Lei Complementar (PLP) 62/2023 e do PLP 93/2023, nos quais apresentam um novo regime fiscal sustentável cuja proposta busca melhorar a estabilidade macroeconômica e o sistema de controle das contas públicas (Brasil, 1964; Brasil, 1988; Brasil, 2000; Brasil, 2023).

Destaca-se que avaliar e controlar as finanças governamentais constitui importante requisito para o fornecimento dos diferentes tipos de serviços públicos que satisfaçam as demandas da sociedade, inclusive em épocas de abalos econômicos, como nos momentos de instabilidade econômica e crise fiscal. Ressalta-se que de um lado, as demandas da sociedade tendem a ser sempre frequentes e constantes, mas de outro, os

recursos são limitados. Portanto, é premente a necessidade de que os recursos públicos sejam melhores administrados frente às necessidades da sociedade e que não extrapole a capacidade financeira dos governos (Dantas Jr., 2018).

2.2. Definição e objetivo da teoria da condição financeira governamental

A definição de condição financeira apresentada por Wang, Dennis e Tu (2007) é relevante. Destaca a capacidade do governo em fornecer bens e serviços à sociedade, levando em consideração tanto as obrigações financeiras atuais quanto as futuras. Quando uma entidade é capaz de cumprir com suas obrigações de maneira oportuna, sem enfrentar dificuldades financeiras, é possível presumir que ela possua uma condição financeira saudável.

Nesse sentido, floresce o conceito da condição financeira governamental que reporta a propensão de um governo em cumprir com suas obrigações, tanto para os cidadãos quanto para os credores, em uma variedade de horizontes de tempo. Isso pode ser avaliado levando em consideração diversos indicadores, como receitas e despesas administrativas, a capacidade de arrecadação de impostos, a dívida pública, entre outros. Logo, se a instituição for capaz de saldar suas dívidas e, por sua vez, fornecer níveis aceitáveis de serviços, pode-se inferir que ela está em boa saúde financeira (Gómez et al., 2009; Singla, Stone, 2018).

A definição apresentada por Araújo et al. (2023) é bastante precisa e abrangente. Os autores destacam que a condição financeira governamental está relacionada à capacidade do governo em cumprir seus compromissos financeiros de forma oportuna. Isso implica em ter uma gestão fiscal eficiente, equilibrando as receitas e despesas, controlando os gastos, implementando políticas de arrecadação de recursos e adotando medidas para fortalecer a capacidade financeira do governo.

Lima e Diniz (2016) acrescentam que o exame da condição financeira dos governos ganhou relevância ao longo dos anos o que fez surgir várias denominações para caracterizá-la, entre as quais destacam-se: condição financeira (financial condition), saúde financeira (financial health), saúde fiscal (fiscal health), bem-estar financeiro (financial wellbeing), tensão fiscal (fiscal stress), tensão financeira (financial strain), crise fiscal (fiscal crisis), dificuldade fiscal (fiscal distress), emergência fiscal (fiscal

emergency), emergência financeira (financial emergency), capacidade fiscal (fiscal capacity), entre outras.

Anteriormente Berne e Schramn (1986), em suas pesquisas embrionárias sobre a condição financeira voltadas aos entes públicos, já apontavam que o objetivo da análise financeira governamental é determinar quão bem o governo cumpriu suas obrigações financeiras passadas e qual a probabilidade de cumprir com suas obrigações financeiras em curto e longo prazo. Portanto, analisar a condição financeira governamental torna-se relevante para ter uma visão holística dos recursos de determinada comunidade. Em outros termos, verificar se o governo possui fundos para cobrir com suas obrigações e, por conseguinte, possibilitar o adequado andamento das atividades da gestão comportam-se como uma atividade essencial para o bom funcionamento da gestão pública (Nobre, 2017).

Vieira (2019) destaca a importância dos fatores financeiros na composição da condição financeira dos governos e ressalta que essa condição pode ser influenciada e explicada por uma diversidade de variáveis, sejam elas de natureza ambiental ou organizacional. Essa abordagem revela uma transição de um corpo conceitual sobre a condição financeira governamental para o desenvolvimento de uma teoria científica.

Em relação à formulação teórica, Creswell (2010) discorre sobre sua natureza como um conjunto inter-relacionado de constructos que são transformados em proposições ou hipóteses. Essas proposições especificam a relação entre as variáveis e auxiliam na explicação ou previsão de fenômenos que ocorrem no mundo real. Em outras palavras, uma teoria se desenvolve quando os pesquisadores testam repetidamente uma previsão, o que contribui para a compreensão de se uma variável (independente) influencia ou afeta outra variável (dependente), fornecendo assim uma explicação para tal perspectiva ou previsão de relacionamento.

Ainda sobre o entendimento sobre a formação e características de uma teoria científica, Severino (2016, p.110) explica que:

Teoria: conjunto de concepções, sistematicamente organizadas; síntese geral que se propõe a explicar um conjunto de fatos cujos subconjuntos foram explicados por leis. Sistema: conjunto organizado cujas partes são interdependentes, obedecendo a um único princípio, entendido este como uma lei absolutamente geral, uma proposição fundamental.

Logo, a pesquisa científica, aplicada ao contexto das finanças públicas, busca identificar e compreender quais os fatores sociais, econômicos, políticos e organizacionais, como a eficiência na gestão dos recursos públicos e a qualidade das políticas fiscais, podem influenciar a condição financeira do governo.

A transição para uma abordagem teórica e científica permite aprofundar o conhecimento sobre a condição financeira governamental, caminhando para a construção de modelos explicativos, a formulação de políticas públicas adequadas e a promoção de uma gestão financeira mais eficiente, eficaz e com efetividade.

Neste prisma, interpreta-se que a teoria da condição financeira governamental se porta como um conjunto inter-relacionados de concepções, sistematicamente organizadas, reverberada por meio da formulação de hipóteses e que, mediante repetidos testes, conseguem especificar a relação entre as variáveis ajudando prever ou explicar fenômenos que ocorrem no orbe das finanças públicas.

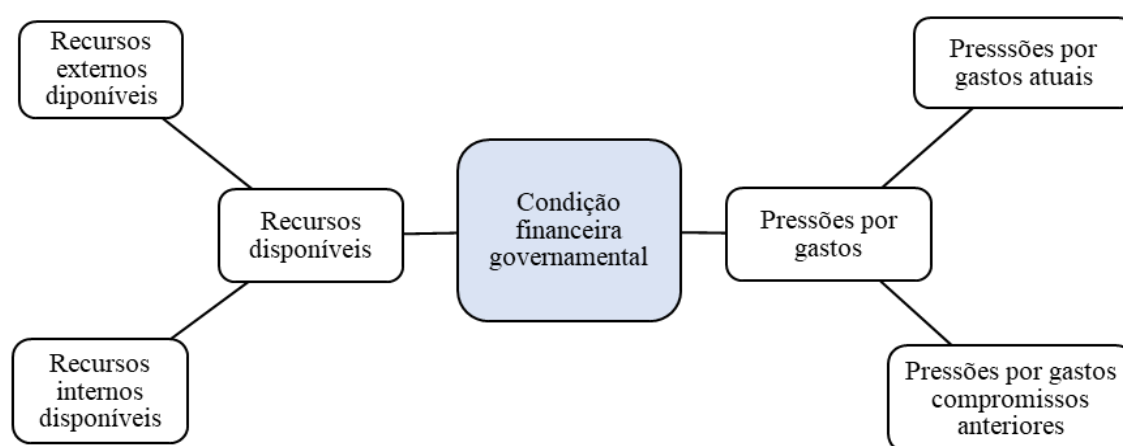
A compreensão da condição financeira governamental é essencial para entender o impacto que ela pode ter no funcionamento do governo e no atendimento às necessidades da sociedade. Portanto, a teoria da condição financeira governamental busca fornecer um arcabouço conceitual e explicativo para compreender e lidar com os desafios financeiros enfrentados pelo governo e promover uma gestão eficiente dos recursos públicos.

2.3. Componentes da condição financeira governamental

Jacob e Hendrick (2013) relatam que a condição financeira não é um fenômeno inerte, mas apresenta-se com características dinâmicas em sua mensuração. A mensuração da saúde financeira de uma localidade é influenciada pelas escolhas estratégicas feitas pelos governantes, que moldam a estrutura fiscal. Nesse processo, diversos fatores são considerados, como a base de arrecadação, pressões por gastos, restrições, oportunidades e ameaças. Essas variáveis são equilibradas em uma balança complexa que busca manter o risco, o equilíbrio e a folga das finanças públicas. Essa dinâmica torna improvável que a análise resulte em uma resposta simples ou óbvia.

Berne e Schramn (1986) ministraram que a condição financeira é um conceito complexo, refletindo uma miríade de fatores e exige a análise e medição em muitas dimensões. Ainda apresentam uma estrutura que pode auxiliar nos estudos sobre condição financeira governamental, por meio da análise individual e integrada dos seguintes componentes: receitas, despesas, dívidas e recursos internos. A Figura 1 apresenta a estrutura e métodos para análise da condição financeira, segundo Berne e Schramn.

Figura 1- Estrutura e métodos para análise da condição financeira



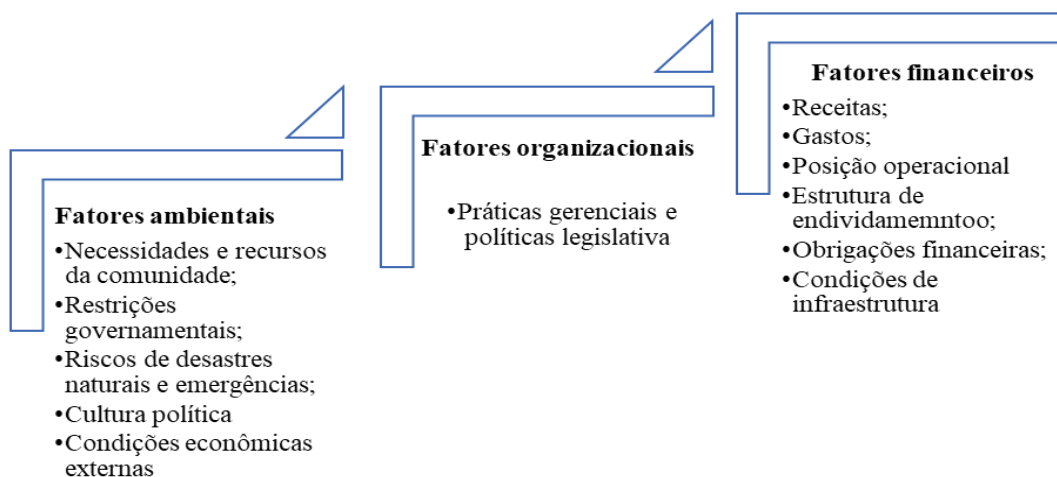
Fonte: Adaptado de Berne e Schramn (1986, p.72).

Sobre as receitas externas disponíveis, Berne e Schramn (1986) esclarecem que podem ser examinadas por meio da capacidade do governo em arrecadar receitas adicionais de fontes externas, tais como a exploração da economia local, busca por financiamentos, ajuda financeira de outros governos, etc. Já sobre os recursos internos disponíveis, trata-se da capacidade do governo em recorrer a recursos financeiros internos para cumprir com suas obrigações financeiras, como fundo de reserva, liquidez de recursos e a operacionalização dos diferentes níveis de ativos e passivos de curto prazo.

As pressões por gastos atuais referem-se às necessidades da comunidade local que acabam exercendo diversas e constantes cobranças sobre a gestão pública pela oferta de mais bens e serviços. Por fim, as pressões por gastos de compromissos passados podem ser avaliadas por meio da análise das dívidas anteriores e da capacidade resultante do governo de incorrer em novas dívidas além de avaliar os efeitos dos ativos/passivos, fluxo de caixa e dos financiamentos (Berne, Schramn, 1986).

Sobre os componentes da condição financeira, Groves, Valente e Nollenberger (2003) apresentam um sistema de monitoramento de tendências financeiras baseado em três grandes grupos de fatores, classificados em: ambientais, organizacionais e financeiros. Vieira (2019) acrescenta que a estrutura proposta por Groves, Valente e Nollenberger (2003) apresenta-se subdividida e organizada em vários fatores que representam as forças que influenciam a condição financeira governamental. A Figura 2 apresenta a relação de fatores ambientais, organizacionais e financeiros propostos por Groves, Valente e Nollenberger (2003).

Figura 2- Fatores que afetam a condição financeira governamental



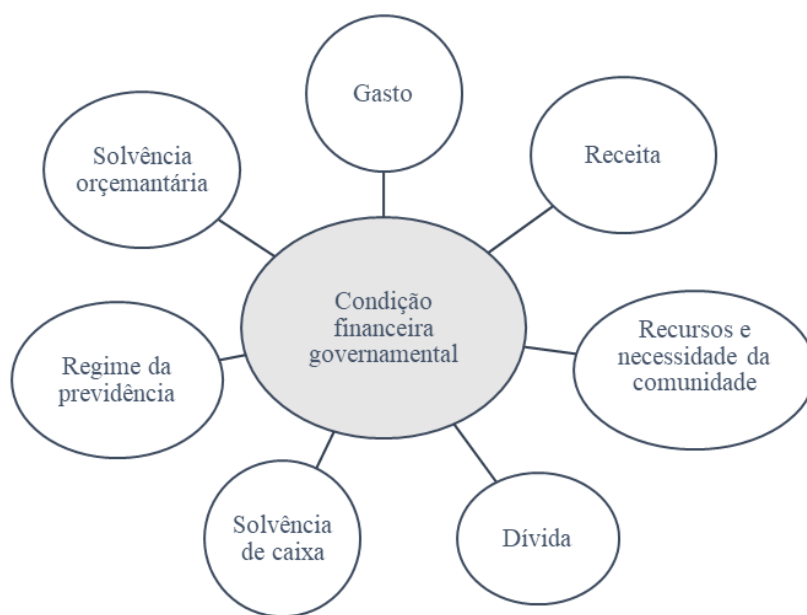
Fonte: Adaptado de Groves, Valente e Nollenberger (2003).

De acordo com Groves, Valente e Nollenberger (2003), o sistema mencionado anteriormente não explica de forma específica a razão pela qual um problema está ocorrendo, nem fornece uma única medida para avaliar a saúde financeira. No entanto, oferece indicadores que podem identificar problemas e suas causas, auxiliando os gestores públicos na adoção de políticas de longo prazo que contribuam para melhorar a condição financeira da entidade governamental.

Já Scorsone, Levine e Justice (2012) frisam que vários fatores podem afetar a condição financeira dos governos locais. De um lado, os cidadãos exigem cada vez mais bens e serviços e do outro lado, o governo pode ter muitas restrições ligadas à obtenção de receitas. Além disso, muitos municípios precisam comprar materiais ou contratar mão-de-obra em mercados nacionais e até internacionais, onde as pressões de custo e a inflação, comumente, fogem do seu poder. A saúde fiscal é, em última análise, impulsionada pela forma como os gestores gerenciam as decisões de receitas e gastos em um ambiente econômico e social que está fora do seu controle.

Lima e Diniz (2016) relatam que medir a condição financeira não é um trabalho fácil e aponta que a maioria dos modelos existentes na literatura que se propõe a medir a condição financeira dos entes subnacionais é composta por sete fatores básicos. A Figura 3 evidencia a relação dos fatores comuns encontrados na literatura.

Figura 3- Componentes para medir a condição financeira governamental



Fonte: Adaptado de Lima e Diniz (2016).

Sobre solvência orçamentária e de caixa, refere-se à posição operacional da entidade por meio da análise dos resultados da execução orçamentária e também verifica a capacidade do governo em produzir e manter um nível de recursos internos suficientes para atender as obrigações de curto prazo. Sobre a receita, mostra a análise do governo em explorar suas fontes de recursos, o que determina a sua capacidade em fornecer bens e serviços à sociedade. Já sobre gasto e dívida, Lima e Diniz (2016) explicam que se referem a pressão por gastos para atender as necessidades da comunidade, além de estudar a carga da dívida e a capacidade de endividamento do governo, respectivamente. Em adendo, o regime da previdência avalia os gastos do governo com o regime próprio de previdência dos seus servidores.

Os recursos e necessidades da comunidade mostram a base econômica do governo que contribui para a produção da receita e evidencia a pressão por gastos para satisfazer as necessidades locais. Por sua vez, a base econômica de um município é representada por fatores externos de natureza social, econômica, demográfica etc. podendo exercer impacto na geração de receitas e nos gastos públicos (Kleynhans, Coetzee, 2019).

Em adição, Subires e Bolívar (2017) esclarecem que os fatores internos e externos desempenham um papel importante na saúde financeira de um ente público. Os fatores internos referem-se a elementos que estão sob o controle direto da entidade pública, tais como decisões políticas, capacidade de gerar receitas próprias, níveis de endividamento, entre outros. Por outro lado, os fatores externos são eventos ou condições que interagem com a saúde financeira do ente público, mas que estão além de seu controle direto, como

taxas de juros, variações cambiais, mudanças nos padrões de consumo, desigualdades sociais e outras necessidades emergentes da população.

Kleynhans e Coetzee (2019) apresentam três características importantes que o gestor público deveria atentar ao analisar a condição financeira dos municípios. Primeiro, a análise contribui para avaliar, monitorar e comparar sua condição financeira ao longo do tempo e entre si. Segundo, investiga o impacto do ambiente socioeconômico e suas mudanças e por fim, auxilia os gestores a encontrar maneiras de melhorar o desempenho financeiro do ente governamental.

Como visto, a condição financeira é um processo adaptativo de tomada de decisão estratégica que requer conhecimento de uma variedade de funções, serviços e ferramentas. Posto isso, fica evidente que a condição financeira governamental pode ser influenciada por vários fatores externos e internos (ambientais, políticos, fiscais, gerenciais). Assim, o governo deve gerir a comunidade local de modo a atender as necessidades sociais com a finalidade de manter a condição financeira em equilíbrio, gerando bem-estar à população e administrando a pressão por gastos (Nobre, 2017; Scorsone et al., 2012).

Sintetizando, não existe uma maneira melhor de medir ou avaliar a condição financeira e também não há uma única medida composta que reconheça todas as suas características. É nesta conjuntura que se baseiam os estudos voltados à explicação, modelagem e previsão dos fenômenos que afetam, ou não, a condição financeira dos entes públicos brasileiros. O desafio é entender os motivos determinantes e oferecer ações para solucionar os problemas financeiros, além de ajudar a prevenir a ocorrência de situações parecidas em outros entes governamentais (Jacob, Hendrick, 2013; Vieira, 2019)

Neste aspecto, a abordagem dos fatores socioeconômicos que podem influenciar a condição financeira dos municípios brasileiros, especialmente os relacionados aos recursos e necessidades da comunidade, é imperativa e oportuna. Isso envolve considerar diversos aspectos locais como o nível de desenvolvimento econômico, composição demográfica, esforço tributário e demandas por serviços públicos.

2.4. Análise dos recursos e necessidades da comunidade

Conforme visto anteriormente, o governo egípcio há mais de 2 mil anos a.c., avisado previamente sobre os tempos de seca que recairia sobre a região e que poderia afetar a atividade econômica, a renda da população, elevando o risco de fome, miséria, insegurança e por conseguinte, acabaria mirrando as receitas públicas, elaborou um plano

de gestão econômico-financeira, tomando por base a análise dos recursos e necessidades da comunidade local, tanto para manter a estrutura do governo quanto para garantir o bem comum da sociedade egípcia nos anos de crise (Gn. 41:1-57).

Como sabido, para o desempenho de suas atividades e realização de seus fins, o Estado precisa obter meios financeiros decorrente tanto da exploração de seu próprio patrimônio quanto de contribuições das mais variadas espécies. Scorsone, Levine e Justice (2012) relatam que os governos subnacionais têm dois tipos básicos de receitas, as receitas intergovernamentais e as de recursos próprios. A primeira, corresponde aos recursos recebidos dos entes superiores como Estados e União, enquanto a segunda, corresponde às fontes próprias geradas a partir de recursos dentro da própria jurisdição, tais como: impostos sobre propriedade, taxas, contribuições, impostos sobre serviços, entre outros.

As mudanças nos recursos e necessidades da comunidade estão inter-relacionadas em um ciclo contínuo de causa e efeito. A luz dessas mudanças, Groves, Valente e Nollenberger (2003) apresentam o seguinte exemplo, quando há uma redução da população, ou na quantidade de empregos, acaba reduzindo a demanda por habitação e termina afetando o mercado imobiliário, reduzindo as receitas do governo com o IPTU. O declínio no número de habitantes de um município também tem um efeito negativo nas vendas no varejo, fazendo com que as receitas do governo local caiam ainda mais.

Os recursos e necessidades de um governo subnacional são representados por variáveis ambientais de cunho econômico, social, estrutural e demográfico que exercem potencial impacto na produção de recursos e geração de demandas por mais bens e serviços. Portanto, analisar essas variáveis em conjunto com o desempenho financeiro é essencial para uma gestão eficaz e responsável, buscando atender às demandas da população e promovendo a saúde financeira dos governos subnacionais (Lima, Diniz, 2016).

As considerações de Nobre (2017) sobre os aspectos da condição econômica, social, demográfica e estrutural são pertinentes para compreendermos melhor os elementos que afetam a condição financeira dos municípios. A condição econômica de um município está relacionada à sua base de recursos, ou seja, aos elementos que sustentam a atividade econômica local. Isso inclui fatores como a presença de indústrias, comércios, agricultura e outros setores que geram renda e emprego na região. Uma economia forte tende a contribuir para uma condição financeira mais favorável, enquanto uma economia fragilizada pode impactar a capacidade do município em gerar receitas. Já

as condições sociais, aspectos demográficos podem influenciar as demandas por serviços públicos, como infraestrutura, saúde e educação, além de impactar os custos associados à prestação desses serviços.

Os gestores públicos precisam estar alertas ao processo de prestação de serviços eficientes e sustentáveis sem perder de vista a qualidade. Para isso, deve-se tentar controlar o déficit promovendo diferentes ações, por exemplo, combatendo o desemprego ou incentivando o desenvolvimento da atividade econômica local. Essas ações, podem reduzir o déficit público e terá impacto positivo para os cidadãos que poderá gastar mais dinheiro o que leva ao aumento da arrecadação e consequentemente, melhora a condição financeira do governo local (Cifuentes-Faura et al., 2022).

De acordo com as orientações de Lima e Diniz (2016), é fundamental que o gestor público esteja atento à análise dos recursos e necessidades locais, a fim de fortalecer e gerar receitas próprias. Além disso, é importante identificar os fatores que influenciam a demanda da sociedade por bens e serviços, o que resulta no aumento dos gastos.

Diante do exposto, é claro que compreender as características socioeconômicas do município, como a atividade econômica local, o nível de emprego, assistência social, taxa de criminalidade, aspectos demográficos, habitação, saúde, entre outros, permite ao prefeito ter uma visão mais clara tanto da capacidade de geração de receita quanto pela demanda por bens e serviços públicos. Elevadas taxas de desemprego e vulnerabilidade social, por exemplo, tendem a reduzir a arrecadação de impostos, o que pode limitar a capacidade do município em manter ou financiar novos programas e projetos.

A literatura esclarece que esta compreensão pode contribuir para uma alocação de recursos mais eficiente e para o desenvolvimento de estratégias visando ao aumento da arrecadação, incluindo a promoção do empreendedorismo local, atração de novos investimentos ou otimização da cobrança de impostos.

Arelado a essa compreensão, destaca-se a presença da atividade contábil que desempenha função-chave na interseção entre a atividade econômica, desenvolvimento social e a atuação do setor público, tornando-a crucial para o funcionamento saudável de uma sociedade. Essa interligação pode ser observada em diversas áreas, com destaque para a gestão financeira no setor público, arrecadação de receitas, tomada de decisões econômicas, transparência e prestação de contas, responsabilidade social e sustentabilidade, geração de renda e emprego, entre outras.

Niyama e Silva (2013) destacam que uma das funções essenciais da contabilidade no contexto governamental é o acompanhamento da gestão do sistema fiscal, resultando

na melhoria na obtenção das receitas. Isso se torna essencial para garantir a saúde financeira do governo, a manutenção da capacidade de financiamento dos serviços públicos e evitando a evasão fiscal.

Além disso, Machado e Ferreira (2019) apontam a relevância do amplo campo de atuação da Contabilidade na consolidação e no desenvolvimento da sociedade moderna, na medida em que procura atender e se adaptar às inúmeras tensões sociais, políticas, econômicas, entre outras, que cercam e modificam o mundo. Nesse contexto, inúmeros *stakeholders*, inclusive gestores públicos, necessitam de informações contábeis.

Em suma, a crescente complexidade na obtenção de recursos e das necessidades da comunidade local tornam a contabilidade uma ferramenta essencial para os gestores públicos na tomada de decisões, bem como uma variedade de partes interessadas o que inclui sociedade, fornecedores, investidores, instituições financeiras, organizações sem fins lucrativos, acadêmicos e muitos outros.

Assim, após identificar e compreender alguns dos principais indicadores socioeconômicos relacionados aos recursos e as necessidades da comunidade, surgem as seguintes hipóteses de pesquisa:

H1 – Os indicadores socioeconômicos influenciam a condição financeira dos municípios brasileiros.

H2 – A presença da atividade contábil influencia a condição financeira dos municípios brasileiros ?

2.5. Estudos anteriores

Como visto, vários estudos sobre a condição financeira governamental vêm sendo realizados após a década de 1970. A literatura, principalmente internacional, é vasta neste campo e continua a evoluir à medida que novas pesquisas são realizadas e novas abordagens são desenvolvidas. A seguir, são apresentados alguns estudos voltados à condição financeira governamental.

Casal, Gomez e Liste (2014) investigaram como os fatores políticos influenciam a situação financeira dos municípios espanhóis no período de 2007 a 2011. Realizaram testes envolvendo variáveis relacionadas a indicadores financeiros, transferências de capital, gastos com salários de governantes, ideologia política, entre outras. Como resultado, percebe-se que os partidos conservadores e progressistas não apresentam comportamento diferenciado em relação a nenhuma das dimensões financeiras e a

territorialidade dos partidos políticos influencia a relação entre os repasses de recursos recebidos pelos municípios e determinadas despesas e investimentos.

No continente sul-africano, Kleynhans e Coetzee (2019) construíram um modelo que permitiu avaliar a condição financeira dos municípios sul-africanos. Para isso, tomaram como amostra 51 municípios da província de KwaZulu-Natal no período de 2009 a 2015. Testaram as variáveis relacionadas ao nível de serviço, a flexibilidade e independência financeira, a solvência de curto e longo prazo e a liquidez, além de variáveis socioeconômicas, tais como: taxa de alfabetização, níveis de emprego, entre outras. Os resultados revelam que as variáveis selecionadas melhoram significativamente o desempenho geral do modelo proposto pela pesquisa, sugerindo que são os fatores observáveis que afetam a condição financeira dos municípios.

Kim e Matkin (2019) pesquisaram sobre a condição financeira e as deficiências do controle interno envolvendo 62 condados do Estado de Nova York durante o período de 1997-2016. Observaram características do governo, condições econômicas e características do auditor, além de indicadores financeiros e de aspectos da dívida pública. Como resultado, encontraram que a incidência e a gravidade das deficiências de controle interno aumentam à medida que a condição financeira se deteriora.

Já Chen (2020) avaliou o impacto financeiro dos desastres naturais nos governos norte-americanos no período de 1996 a 2012. Testou se a condição financeira dos governos é afetada por desastres e se as instituições fiscais avaliam os impactos dos desastres nas finanças públicas dos governos locais. Os resultados mostraram que o saldo de fundos não reservados e a reserva para desastres de um governo local afetam significativamente sua condição financeira, enquanto os indicadores de condição financeira não são afetados por desastres naturais quando as variáveis da instituição fiscal são controladas.

Mais recentemente, Cifuentes-Faura et al., (2022) analisaram os fatores que explicaram os déficits fiscais dos municípios espanhóis no período 2011 a 2020. Tomaram como variáveis aspectos socioeconômicos, políticos, taxa de desemprego, participação política, entre outros. Como resultados evidenciaram que o crescimento econômico tem efeito benéfico de longo prazo sobre o déficit, que o desemprego aumenta o déficit tanto no curto quanto no longo prazo e que os partidos políticos contribuem para o crescimento do déficit público.

Já na literatura nacional, Nobre (2017) realizou uma pesquisa envolvendo a condição financeira governamental e sua influência no nível de transparência fiscal dos

municípios paraibanos no período de 2017. Para isso, utilizou variáveis como: obrigações de curto prazo; superávit financeiro; receita corrente líquida; dívida consolidada, etc. Seus achados evidenciaram que à medida que a condição financeira melhora também aumenta a transparência na divulgação de informações dos entes subnacionais paraibanos.

Em adição, Dantas Júnior (2018) estudou sobre a influência do federalismo fiscal sobre o estresse fiscal dos municípios brasileiros no período de 2006 a 2016. Para isso, examinou as variáveis: receita de transferências intergovernamentais obrigatórias; receita de transferências intergovernamentais voluntárias; despesas municipais em educação; entre outras. Seus achados revelam que os municípios fiscalmente estressados sofreram influência estatisticamente positiva e significativa do federalismo fiscal, apontando os efeitos da centralização das receitas e descentralização das despesas pregadas pelo federalismo fiscal, além da acentuação dessa relação em épocas de instabilidade econômica.

Sousa et al., (2019) investigaram os fatores socioeconômicos que influenciam na condição financeira dos municípios brasileiros no ano de 2015. Para esse fim, aplicaram as seguintes variáveis: PIB; proporção da população residente na zona rural; proporção da população pobre e a taxa de analfabetismo. Seus achados revelaram que o aumento em uma unidade na proporção da população residente na zona rural reduz em 1,28 pontos na condição financeira; que a proporção de pobres residentes reduz em 0,02 pontos e que a taxa de analfabetismo diminui em 0,22 pontos a condição financeira dos municípios brasileiros. O estudo também evidenciou que a região Nordeste apresentou indicador inferior ao sudeste em 1,63 pontos.

Já Lima (2018) estudou os fatores que explicam a condição financeira dos Estados brasileiros no período de 2012 a 2016. Utilizou variáveis como: indicadores de solvência de caixa; liquidez de curto prazo; indicadores de solvência orçamentária; indicadores de solvência de longo prazo; indicadores de solvência de nível de serviço. Concluíram que a condição financeira dos Estados é explicada por variáveis de aspectos financeiros a curto prazo, em seguida, por variáveis de aspectos financeiros de longo prazo e, por fim, variáveis de aspectos orçamentários.

Araújo, Leite e Leite Filho (2019) analisaram a maneira que os indicadores da condição financeira influenciam a concessão de subvenções governamentais pelo Estado brasileiro em um ambiente de crise econômica. A pesquisa realizada no período de 2010 a 2016 envolveu as variáveis de posição de caixa, liquidez imediata, obrigações de longo prazo, tributos per capita, entre outras. Os achados revelaram que mesmo os Estados

passando por dificuldades de caixa ao longo do tempo, não houve grandes reduções nas concessões de subvenções.

Vieira (2019) avaliou o impacto das instituições fiscais na condição financeira dos estados brasileiros no período de 2002 a 2018. Para isso, testou as seguintes variáveis: solvência de caixa; solvência orçamentária; redistribuição das receitas do FPE, entre outras. Os achados mostraram que o grau de cumprimento do limite de endividamento contribui para a melhoria da solvência de caixa e de longo prazo. Já sobre a redistribuição do FPE constatou-se efeito positivo na condição financeira de curto prazo. Também destacou que diversos Estados com má condição financeira apresentaram sua solvência de caixa prejudicada por contribuírem para o FPE valores superiores aos recebidos em retorno por meio de transferências fiscais.

Já Donato (2020) estudou sobre os fatores financeiros determinantes do estresse fiscal dos estados brasileiros no período de 2016 a 2019. Como variáveis utilizou a solvência orçamentária, solvência de caixa, solvência de longo prazo, entre outras. Os resultados do estudo indicaram que os fatores financeiros do exercício atual e do exercício anterior, representados pelos restos a pagar, pela dívida de longo prazo e pelo gasto com pessoal, provocam estresse fiscal nos Estados brasileiros. Por outro lado, fatores de receitas tributárias e receitas de transferências do FPE do exercício atual reduzem o estresse fiscal dos estados brasileiros.

Souza (2020) analisou a influência da condição financeira governamental sobre os gastos com investimento público em 94 municípios brasileiros no período de 2010 a 2018. Os resultados sugerem que os indicadores de endividamento e liquidez não apresentam relação significativa com o grau de investimento público. O índice de poupança corrente, por sua vez, apresenta relação significativa com o montante destinado para investimentos e por fim, sugere que o nível de poupança corrente influencia positivamente os gastos com investimento público.

Guimarães (2022) pesquisou sobre os fatores que explicam a capacidade de pagamento dos municípios brasileiros no ano de 2020. Utilizou as variáveis: limite da despesa total com pessoal do Poder Executivo; limite da dívida consolidada líquida; escolaridade do governante; entre outras. Os resultados revelaram como fatores explicativos da CAPAG: o limite da despesa total com pessoal do Poder Executivo, o limite da dívida consolidada líquida, o limite de operações de crédito internas e externas, o comprometimento da disponibilidade de caixa com restos a pagar e demais obrigações financeiras, além das características dos gestores, como a idade e a experiência política.

Batista et al. (2022) analisaram a condição financeira dos municípios brasileiros no contexto da pandemia da Covid-19 no período de 2019 a 2020 em âmbito nacional. Para tal fim, utilizaram as variáveis: sustentabilidade, vulnerabilidade e flexibilidade visando analisar o comportamento dos fatores que compõem o índice de condição financeira dos municípios no contexto da pandemia da Covid-19. Os resultados evidenciaram a alocação dos municípios em quatro situações: casos em destaque, recuperação, dificuldade crítica e declínio. Além disso, a vulnerabilidade corrente foi o fator mais importante na determinação da condição financeira em 2019 e a flexibilidade geral em 2020.

Por fim, destacam-se o estudo de Araújo et al. (2023) que analisaram as medidas objetivas e subjetivas da condição financeira governamental dos municípios do Estado da Paraíba no período de 2017. Os autores aplicaram as variáveis: liquidez, investimentos, endividamento e a solvência. Seus achados revelaram que o gestor consegue ter uma percepção adequada da condição financeira a curto prazo, mas diante de aspectos de longo prazo não. Também identificaram que o gestor não consegue avaliar, mesmo de forma genérica, a condição financeira do órgão sob sua gestão. Concluíram que os gestores precisam melhorar sua percepção acerca da condição financeira de longo prazo e que os relatórios contábeis precisam melhorar para contribuir com a gestão na condução da responsabilidade fiscal.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para iniciar uma pesquisa precisa-se de uma ideia, não importando o tipo de paradigma que fundamenta o estudo nem o enfoque que se pretende seguir. Logo, a pesquisa científica pode ser entendida como um aglomerado de processos ordenados e empíricos utilizados para estudar um fenômeno, sendo, pois, dinâmica, mutável e evolutiva (Sampieri et al., 2013).

O método científico parte da observação organizada de fatos, da realização de experiências, das deduções lógicas e da comprovação científica dos resultados alcançados. É, pois, um trabalho sistemático, cuidadoso e melindroso que busca respostas às questões estudadas e apresenta-se como uma direção a ser seguida para levar à formulação de uma teoria científica (Pereira et al., 2018).

Neste contexto, esta pesquisa utiliza uma abordagem metodológica hipotético-dedutiva por meio da análise sob enfoque quantitativo. Conforme destacado por Marconi e Lakatos (2017), o método dedutivo segue três etapas. Primeiramente, surge o problema

que motiva a pesquisa. Em seguida, surge a conjectura ou hipótese, que é proposta para explicar ou prever aquilo que despertou a curiosidade intelectual ou apresentou uma dificuldade teórica e/ou prática. Por fim, ocorre a tentativa de falseamento, que consiste em observar e realizar experimentações para tornar falsas as consequências deduzidas ou derivadas da hipótese.

Em uma pesquisa quantitativa, o que se pretende é generalizar os resultados encontrados em uma amostra para uma coletividade maior, ou seja, é explicar e prever os fenômenos pesquisados buscando regularidades e relações causais entre os elementos e que permita a construção e demonstração de teorias que explicam e preveem. Assim, as hipóteses são geradas antes de se coletar e analisar os dados e toda hipótese é válida, posto que não se recuse a submeter-se ao teste empírico e que quanto mais falseável for uma hipótese, mais científica será (Marconi, Lakatos, 2017; Sampieri et al., 2013).

Desta forma, a investigação científica se desenvolve porque surge a necessidade de construir e testar uma possível solução para um problema que decorre de algum fato e à medida que a ciência cresce, com teorias mais amplas, cresce também a capacidade de o homem perceber problemas. Destarte, as teorias científicas iluminam o caminho do pesquisador e sem elas, o pesquisador se torna cego e incapaz de perceber as dificuldades que estão no seu caminho (Köche, 2011).

O procedimento metodológico deste estudo será realizado em quatro fases, conforme descrito abaixo:

I) Levantamento teórico e dos estudos anteriores. Com base nesse levantamento, a problemática do estudo foi definida e a hipótese formulada.

II) Identificar a condição financeira dos municípios, incluindo o Distrito Federal. Nessa fase, será realizada a coleta de dados referentes à condição financeira dos governos obtida por meio da STN, órgão responsável pela apuração da situação fiscal dos entes subnacionais brasileiros.

III) Coleta e formação dos indicadores propostos. A escolha destes indicadores será realizada à luz da análise de recursos e necessidades da sociedade local e sua formação, quando possível, se dará observando a literatura existente.

IV) Analisar a influência dos indicadores na condição financeira dos governos. Análise estatística, como análise dos componentes principais, regressão logística ordinal e testes pertinentes também serão aplicados para analisar essa relação. Os resultados

obtidos serão interpretados e utilizados para responder às hipóteses formuladas na primeira fase.

3.1. População, amostra e período da pesquisa

O objeto de estudo desta pesquisa corresponde aos 5.570 municípios brasileiros, incluindo o Distrito Federal, compreendendo o período de 2018 ao ano 2021. Conforme tratado anteriormente, o governo local está mais familiarizado com a fonte dos recursos disponíveis em seu território e com as despesas necessárias para manter e melhorar os serviços públicos locais (Mendes, 2004). Logo, analisar os indicadores socioeconômicos que influenciam a condição financeira dos municípios brasileiros pode ter impacto relevante no processo de gestão municipal e como resultado, no atendimento às necessidades da sociedade local.

A escolha do período é fundamentada com base na disponibilidade de dados fornecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para a variável dependente. A STN é responsável por analisar a capacidade de pagamento dos entes governamentais do país e disponibilizou informações relevantes para avaliar a condição financeira dos municípios a partir do ano 2018.

Köche (2011) relata que ao delimitar o problema de pesquisa, o investigador propõe uma possível ordem na relação entre os fatos. Essa delimitação é resultado de uma construção teórica que objetiva estruturar as peças soltas do quebra-cabeça na tentativa de entender a malha de relações de interdependência que há entre os fatos. O planejamento da sequência da pesquisa é feito para testar se as relações propostas são ou não pertinentes, tornando-se impossível planejar observações ou testes sem que o problema e suas variáveis estejam delimitados.

3.2. Coleta de dados e definição das variáveis

Logo após a formulação das hipóteses, deu-se a coleta dos dados. A coleta dos dados se fundamenta na medição, por meio das variáveis que vão compor o trabalho, e foi realizada de forma padronizada. O objetivo na coleta que se quer é medir, deste modo, os fenômenos estudados precisam ser observáveis e oriundos de fontes confiáveis (Sampieri et al., 2013).

Corroborando nesse entendimento, Pereira et al. (2018) esclarecem que o procedimento de coleta de dados está ligado à parte prática da pesquisa e envolve a

determinação da população a ser estudada, a elaboração dos instrumentos de coleta e a programação da coleta.

Assim, em uma coleta de dados rigorosa faz-se necessário seguir requisitos essenciais que serão usados na pesquisa, sendo eles: apresentar o instrumento de levantamento dos dados, podendo ser de corte transversal que coleta dados em dado momento do tempo ou de corte longitudinal com a coleta realizada ao longo do tempo; estabelecer a validade e a confiabilidade do conteúdo; e discutir o plano de levantamento de dados para melhorar as questões, o formato e as escalas (Creswell, 2010).

Neste estudo, o levantamento dos dados terá caráter longitudinal, com dados coletados no decorrer do tempo com início em 2018 ao ano 2021 em bases oficiais distintas do governo, tais como: IBGE, STN, MTE, CADÚNICO, etc. Espera-se que esta abordagem possibilite observar as variações e tendências ao longo desse período, permitindo uma compreensão mais abrangente e aprofundada dos indicadores propostos e se estes, influenciam a condição financeira dos municípios brasileiros.

3.3. Variável dependente

Sobre a variável dependente, será utilizada a nota Capacidade de Pagamento-CAPAG atribuída e disponibilizada no site da STN como indicador oficial que mede a capacidade de pagamento dos municípios. A CAPAG é uma medida que indica a capacidade de um município em honrar seus compromissos financeiros, especialmente relacionados à contratação de subsídios com garantia da União.

É baseada em critérios mantidos pela STN que se atribui uma nota anual a cada município brasileiro indicando sua situação financeira e fiscal. A Tabela 1 apresenta a variável dependente e a metodologia de cálculo para a formação da nota CAPAG.

Tabela 1- Metodologia de cálculo da CAPAG

	Sigla	Metodologia de cálculo	Estudos anteriores
Capacidade de Pagamento	CAPAG	Endividamento-DC Poupança Corrente -PC Liquidez - IL.	Lima e Diniz (2016)
			Vieira (2019)
			Donato (2020)
			Guimarães (2022)

Fonte: Adaptada da STN.

Marconi e Lakatos (2018) esclarecem que a variável dependente (Y) consiste em fenômenos a serem explicados ou descobertos, em virtude de serem influenciados ou afetados pela variável independente. É o fenômeno que aparece, desaparece ou varia à medida que o investigador insere, tira ou altera a variável independente (X). Refere-se, pois, ao fator que é efeito, resultado, consequência ou resposta a algo que foi estudado.

Segundo a Portaria do Ministério da Economia nº 5.623, de 22 de junho de 2022, que estabelece, entre outros, os critérios para análise da capacidade de pagamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pretende pleitear a garantia ou aval da União, será determinada com base na análise dos seguintes indicadores econômico-financeiros: (i) Endividamento - DC; (ii) Poupança Corrente - PC; e (iii) Liquidez - IL (STN, 2022).

Ainda conforme a STN (2022), os indicadores econômico-financeiros para a medição da CAPAG serão calculados a partir dos subsídios obtidos por meio da análise fiscal. A Tabela 2 apresenta o cálculo individualizado por cada indicador que contribui para a formação da nota CAPAG.

Tabela 2- Indicadores econômicos e financeiros

Indicador	Metodologia do cálculo	Fonte de informação
Endividamento-DC	$\frac{\text{Dívida Consolidada Bruta}}{\text{Receita Corrente Líquida}}$	Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo referente ao terceiro quadrimestre do último exercício, nos termos do art. 55 da L.C 101, 4/05/2000.
Poupança Corrente— PC	$PC = \sum (RCt / RCA t) \times MP t$ Onde: RCt = Despesas corrente do exercício t; RCA = receita Corrente Ajustada do exercício t; t = Corresponde a cada um dos três últimos exercícios encerrados; MP t = Peso atribuído a cada exercício. Sendo 50% para o exercício referência, 30% para o exercício imediatamente anterior e 20% para o outro exercício	Balanços anuais dos três últimos exercícios e seu valor no ano "t" será o resultado da média ponderada da relação entre a Despesa Corrente e a Receita Corrente Ajustada dos exercícios anteriores.
Liquidez – IL	$\frac{\text{Obrigações Financeiras}}{\text{Disponibilidade de Caixa}}$	Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo referente ao terceiro quadrimestre do último exercício, nos termos do art. 55 da L.C 101, 04/05/2000.

Fonte: Adaptado da STN (2022).

Após a obtenção do indicador econômico-financeiro é atribuída uma letra (A, B ou C) que representará a classificação parcial do ente naquele indicador. A Tabela 3 apresenta o enquadramento das faixas de valores e a classificação parcial da nota CAPAG.

Tabela 3- Faixa de valor e Classificação parcial da CAPAG

Indicador	Sigla	Faixas de Valor	Classificação parcial
Endividamento	DC	$DC < 60\%$	A
		$60\% \leq DC < 150\%$	B
		$DC \geq 150\%$	C
Poupança Corrente	PC	$PC < 90\%$	A
		$90\% \leq PC < 95\%$	B
		$PC \geq 95\%$	C
Liquidez	IL	$IL < 1$	A
		$IL \geq 1$	C

Fonte: Portaria ME Nº 5.623.

Já a classificação final da capacidade de pagamento do município será determinada a partir da combinação das classificações parciais dos três indicadores feita nos termos da classificação parcial. A Tabela 4 evidencia a relação dos três indicadores e a classificação final da nota CAPAG.

Tabela 4- Classificação final da CAPAG

Classificação parcial do indicador			Classificação final	Classificação adotada pelo estudo
Endividamento	Poupança corrente	Liquidez		
A	A	A	A	Forte
B	A	A	B	Forte
C	A	A		
A	B	A		
B	B	A		
C	B	A		
C	C	C	D	Fraca
Demais combinações de classificações parciais			C	Fraca

Fonte: Adaptado da STN.

Em razão do exposto, é possível perceber que a variável dependente corresponde a uma variável do tipo multinominal ordinal. Como a própria STN admite que as notas A e B correspondem a uma atribuição positiva e que as notas C e D são notas consideradas fracas, a proposta de pesquisa também irá considerar a possibilidade adicional de realizar uma análise de forma binária.

Para fins de aplicação do modelo, as notas da STN foram transformadas em números, conforme a correspondência, sendo A igual a 3, B igual a 2, C igual a 1 e D igual a zero. Ou seja, quanto melhor a nota, maior o valor numérico correspondente.

3.4. Variáveis independentes

Com relação a escolha das variáveis independentes desta pesquisa, buscou-se utilizar aquelas que refletiam a realidade comum dos municípios brasileiros à luz da análise dos recursos e necessidades da comunidade local, tais como: dados sociais, econômicos e demográficos. Aliado a isto, um critério norteador usado também na escolha das variáveis independentes foi a existência da informação para os municípios, nos anos do estudo.

Ao considerar dados sociais, econômicos e demográficos como variáveis independentes, este trabalho busca abranger aspectos importantes que influenciam a realidade dos municípios brasileiros. Esses indicadores fornecem uma visão mais completa, considerando tanto as dimensões sociais quanto econômicas e demográficas que estão inter-relacionadas ao desenvolvimento e as necessidades das comunidades locais.

Os dados foram coletados de fontes confiáveis e já conhecidas no meio científico, como: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE; a Secretaria do Tesouro Nacional- STN, o Ministério do Trabalho e Emprego- MTE, o Ministério da Justiça- MJ e o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal- CADÚNICO. A Tabela 5 apresenta as variáveis independentes propostas por este estudo.

Tabela 5- Variáveis independentes, metodologia de cálculo e sinal esperado

Indicador	Sigla	Metodologia de Cálculo	Fonte dos dados	Estudos anteriores	Sinal esperado
Densidade demográfica	DD	$\frac{\text{População}}{\text{Área Territorial}}$	IBGE	Groves, Valente e Nollenberger (2003))	(+)
Receita per capita	RPTA	$\frac{\text{Receita corrente}}{\text{População}}$	STN IBGE	Groves, Valente e Nollenberger (2003); Sousa, Leite Filho e Pinhanez, (2019); Borges (2020); Guimarães (2022).	(+)
Esforço tributário	ETRIB	$\frac{\text{Receita tributária}}{\text{PIB}}$	STN IBGE	Groves, Valente e Nollenberger (2003)	(+)
Exploração dos recursos naturais	ERN	Variável binária	STN	Fernandes (2016)	(+)
Tamanho do setor público	TSP	$\frac{\text{Despesa geral}}{\text{PIB}}$	STN IBGE	Musgrave e Musgrave (1980)	(-)
Gasto com investimento	GINV	$\frac{\text{Gasto com investimento}}{\text{PIB}}$	STN IBGE	Groves, Valente e Nollenberger (2003)	(+)
Criminalidade per capita	CRIM	$\frac{\text{Qtde Boletins de Ocorrência}}{\text{População}}$	M.J IBGE	Groves, Valente e Nollenberger (2003)	(-)
Quantidade de vínculos empregatícios per capita	VEPTA	$\frac{\text{Qtde de vínculos empregatícios}}{\text{População}}$	MTE IBGE	Groves, Valente e Nollenberger (2003)	(+)
Quantidade de empresas per capita	QEE	$\frac{\text{Qtde de estabelecimentos}}{\text{População}}$	MTE IBGE	Groves, Valente e Nollenberger (2003)	(+)
Quantidade pessoas beneficiárias do programa Bolsa Família	BFAM	Qtde de pessoas beneficiárias pela população	CADÚN ICO	Não identificado em outros estudos	(-)
Atividade contábil	ACONT	Qtde de estabelecimentos contábeis	MTE	Não identificado em outros estudos	(+)

Fonte: Elaboração do autor

Os dados contábeis e orçamentários, tais como: receita operacional, receita tributária, gasto total e exploração dos recursos naturais foram obtidos na base de consulta de contas anuais-Finanças do Brasil- FINBRA por meio das tabelas: despesas orçamentárias (Anexo I-D) e receitas orçamentárias (Anexo I-C) publicadas no site do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro- SICONFI.

Para fins didáticos e buscando adequar a formação de parte dos indicadores à realidade brasileira, esta pesquisa considerou a receita operacional como sendo o total das receitas brutas realizadas - receitas correntes. Já a receita tributária considerou-se a receita bruta realizada - Impostos, taxas e contribuições de melhoria. A despesa geral e gasto com investimento será considerado a terceira fase da despesa, a saber pagamento.

Os dados do PIB foram coletados no site do IBGE. É pertinente destacar que em relação ao PIB ano 2021, como ainda não há informações detalhadas por município utilizou-se o valor estimado divulgado pelo IBGE (2022) por meio do relatório das contas nacionais trimestrais- indicadores de volume e valores correntes 2021, a saber crescimento de 4,6% em relação ao PIB do ano 2020.

Os dados sobre a população dos municípios brasileiros foram colhidos no site do IBGE. Destaca-se que em relação à população utilizou-se a estimativa da população residentes no município e nas unidades da federação divulgados com data em referência em 1.º de julho de 2021.

O indicador de exploração dos recursos naturais (ERN) será formado por meio de uma variável binária. Sendo atribuído (1) para o município que possui receitas decorrentes da exploração dos recursos naturais e (0) para os que não possuem.

A formação do indicador da criminalidade per capita (CRIM) terá cunho relativo, sendo obtido por meio da razão entre a quantidade de boletins de ocorrências, disponibilizados por meio do site do MJ e a quantidade de pessoas residentes em cada município no período abrangido por esta pesquisa.

Por fim, o indicador referente ao programa social de transferência de renda mantido pelo governo federal (BFAM) será considerado o total de pessoas inscritas no período de 2018 a 2021. É pertinente destacar que a Lei 14.284/2021 alterou o nome do programa bolsa família para programa auxílio Brasil. Neste estudo, devido às características semelhantes dos programas e da disponibilidade dos dados, será abordado como único (BRASIL, 2021).

Optou-se por utilizar as variáveis RPTA, CRIM, VEPTA, QEE de forma relativa. O uso de variáveis relativas, em vez de valores absolutos, tem o potencial de melhorar a

qualidade da regressão, principalmente quando há uma alta concentração de municípios de pequeno porte e alguns poucos municípios com uma grande população. Essa característica tende a criar uma assimetria nas informações, o que pode afetar os modelos utilizados.

É possível que algumas variáveis apresentem a informação incompleta para os municípios e os anos, assim como pode existir uma elevada correlação entre as variáveis independentes. Esses dois problemas, de dados faltantes e multicolinearidade, podem ser resolvidos pela eliminação da variável com problema ou pelo uso da análise de componentes principais.

3.5. Especificação do modelo econométrico

Os modelos de mensuração da condição financeira têm por objetivo fornecer informações sobre o status financeiro dos governos, ajudando os usuários da informação contábil governamental a monitorar e prever dificuldades fiscais antes que elas ocorram, bem como intervir em situações de crises fiscais agudas. Assim, os modelos desenvolvidos por estudiosos e pesquisadores apresentam características diversificadas: alguns envolvem apenas variáveis financeiras produzidas pela organização, outros incluem variáveis externas à organização para captar a influência do ambiente no desempenho financeiro do governo (Lima, Diniz, 2016).

No Brasil, as pesquisas sobre a condição financeira ainda estão em fase de desenvolvimento, principalmente pela ausência de um modelo mais específico que analise e mensure de modo adequado à condição financeira governamental à luz da realidade brasileira. Os modelos propostos para análise dessa temática, tem origem internacional o que pode diferir com a realidade do país (Nobre, 2017; Souza, 2020).

Segundo Sousa et al., (2019), existem vários modelos para medir a condição financeira governamental. Esses modelos ajudam a avaliar a saúde financeira de um governo, sua capacidade de cumprimento de obrigações financeiras tais como os modelos propostos por Groves e Godsey Valente (1981), Berne e Schramm (1986) Wang et al (2007), Brown (1993), Maher e Nollenberger (2009) entre outros. Nenhum indicador isolado oferece uma imagem completa da condição financeira governamental e sua análise precisa levar em consideração uma variedade de métricas e fatores, bem como o contexto econômico e social em que o governo opera.

Os métodos de avaliação da saúde financeira dos governos devem ser multidimensionais, o que implica na realização da análise por meio de múltiplos

indicadores relacionados a uma variedade de aspectos. De acordo com Lima e Diniz (2016), a STN apresenta um modelo preditivo da condição financeira denominado de CAPAG, cuja metodologia apura e atribui uma nota da situação financeira dos Estados, Distrito Federal e os Municípios que requisitam garantia ou aval da União com base na análise de indicadores econômico-financeiros (Guimarães, 2022; STN, 2022).

Ainda segundo Lima e Diniz (2016) a operacionalização do modelo preditivo de avaliação da condição financeira adotado pela STN se dá por meio da interpretação de dados financeiros extraídos diretamente do sistema contábil dos entes públicos e busca identificar a saúde financeira dos governos e suas dificuldades fiscais baseando-se em dados colhidos ao longo do tempo.

Como visto, não há um modelo único e completo que meça a condição financeira de um governo. Destarte, este trabalho optou por escolher o modelo desenvolvido pela STN como alternativa para melhor entender a realidade dos entes subnacionais brasileiros e também, encorajar os gestores públicos e demais usuários da informação contábil governamental, muitos já familiarizados com a nota CAPAG, a navegar sobre esta relevante temática tão presente no dia a dia das prefeituras espalhadas pelo país.

Conforme discutido na fundamentação teórica, a condição financeira governamental pode sofrer influências de diversos fatores. A variável dependente escolhida foi a nota CAPAG. Essa nota apresenta-se de forma ordinal (A, B, C, D) e por meio dela será possível verificar a condição financeira dos municípios brasileiros. O método econométrico proposto será à regressão logística (LOGIT) ordenada em painel em virtude das características da variável dependente.

Os métodos de regressão tornaram-se um componente importante em qualquer análise de dados, pois se preocupa em descrever a relação entre uma variável dependente e uma ou mais variáveis explicativas. Comumente, a variável dependente apresenta-se como discreta ou dicotômica, assumindo dois ou mais valores possíveis e neste caso, o modelo econométrico frequentemente usado para a análise desses dados é o modelo de regressão logística. Assim, a regressão logística contribui para encontrar o modelo parcimonioso que descreve a relação entre uma variável de resultado e um conjunto de variáveis explicativas (Hosmer Jr. et al., 2013).

Ainda sobre a escolha do modelo econométrico proposto, Fávero e Belfiore (2017) enfatizam que quando a variável dependente é qualitativa, oferecendo mais de duas possibilidades de resposta ou categorias, deve-se fazer uso da regressão logística para estimarmos as probabilidades de ocorrência de cada alternativa.

A regressão logística ordenada, também conhecida como logit ordenada, é uma extensão da regressão logística tradicional. Seu uso ocorre quando a variável de resposta é ordinal, ou seja, possui categorias ordenadas. Ao contrário da regressão logística binária, que lida com variáveis de resposta dicotômicas, a logit ordenada é especialmente útil quando o resultado pode ser classificado em mais de duas categorias e essas categorias têm uma ordem natural. Esse é o caso da pesquisa realizada nesta dissertação.

Em termos de notação, sendo y_i a variável dependente que corresponde a nota CAPAG, conforme definido anteriormente, $x_{1i}, x_{2i}, \dots, x_{ki}$ os vetores das variáveis independentes discutidos no item 3.4 e $\beta_1, \beta_2, \dots, \beta_k$ os coeficientes a serem estimados pela regressão. A função a ser estimada é dada por:

$$P(y_i \leq j | x_{1i}, x_{2i}, \dots, x_{ki}) = \frac{\exp(\alpha_j - \beta_1 x_{1i} - \beta_2 x_{2i} - \dots - \beta_k x_{ki})}{1 + \sum_{k=1}^{J-1} \exp(\alpha_k - \beta_1 x_{1i} - \beta_2 x_{2i} - \dots - \beta_k x_{ki})}$$

Onde j corresponde ao número de categorias da variável dependente e alfa são os parâmetros de corte.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção tem como objetivo apresentar as principais características dos dados coletados nesta pesquisa e os resultados empíricos encontrados. Para isso, utilizou-se a análise descritiva das variáveis, o teste de normalidade, a matriz de correlação entre as variáveis e a aplicação do modelo estatístico. Além disso, apresenta análises adicionais tais como a análise dos componentes principais, análise da nota de reprovação, etc.

4.1. Estatísticas descritivas

A amostra deste estudo corresponde aos 5.570 municípios brasileiros, incluindo o Distrito Federal, utilizando os dados disponíveis no período de 2018 a 2021. Para tanto, foram levantados os dados correspondentes a construção da variável dependente (CAPAG), como também calculados os indicadores representativos das variáveis independentes, conforme demonstram as estatísticas descritivas a seguir:

Tabela 6 – Estatísticas descritivas

Variável	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
DD	120,32	25,055	0,030	14593,
RPTA	4299,3	3674,9	0,000	43197,
ETTRIB	65,750	13,540	-10,900	862,10
ERN	0,015	0,00	0,00	1,00
TSP	200,08	176,89	0,000	1094,0
GINV	13,349	9,210	0,000	288,41
VEPTA	0,281	0,120	0,000	173,68
QEE	0,056	0,0300	0,000	22,370
ACONT	11,322	2,00	0,000	8358,0
BFAM	7949,2	3082,0	5,000	1,67E+06
Variável	Desv. Padrão	C.V.	Enviesamento	Curtose Ex.
DD	629,59	5,233	13,327	220,38
RPTA	2310,1	0,537	3,052	21,898
ETTRIB	110,00	1,673	2,252	4,789
ERN	0,120	8,194	8,072	63,149
TSP	111,37	0,557	0,856	0,570
GINV	14,059	1,053	3,855	31,356
VEPTA	2,824	10,038	45,247	2414,9
QEE	0,353	6,329	44,018	2484,9
ACONT	96,469	8,521	44,159	2963,2
BFAM	28200,	3,548	28,212	1180,5
Variável	Perc. 5%	Perc. 95%	Interv. IQ	Obs. ausentes
DD	2,451	286,48	44,600	0
RPTA	2140,5	8710,2	2088,9	0
ETTRIB	4,700	329,24	50,392	0
ERN	0,000	0,00	0,000	0
TSP	63,310	405,95	162,10	0
GINV	1,660	38,300	12,320	0
VEPTA	0,030	0,410	0,130	0
QEE	0,010	0,090	0,040	0
ACONT	0,000	35,000	5,000	0
BFAM	273,00	26600,	6657,8	0

Nota: DD - Densidade demográfica; RPTA- Receita per capita; ETRIB - Esforço tributário; ERN - Exploração dos recursos naturais; TSP- Tamanho do setor público; GINV- Gasto com investimento; CRIM- Criminalidade per capita, VEPTA- Quantidade de vínculos empregatícios per capita; QEE - Quantidade de empresas per capita; BFAM- Quantidade pessoas beneficiárias do programa Bolsa Família; ACONT- Atividade contábil

Fonte: Elaboração própria

Os dados da estatística descritiva das variáveis independentes sugerem a ausência de observação para os dados. Outro aspecto importante são os elevados valores obtidos na assimetria e curtose da distribuição de dados. Aliado à análise dos resultados da média, mediana e dispersão, os resultados parecem indicar uma distribuição das informações que se distancia da distribuição normal para estas variáveis. Chama a atenção para os

resultados da variável ERN (exploração dos recursos naturais), que é uma variável binária. O fato do percentil de 95% apresentar um resultado igual a zero mostra que a maior parte dos municípios brasileiros não possui receita oriunda da exploração de recursos naturais, não estando sujeitos a maldição holandesa (Fernandes, 2016).

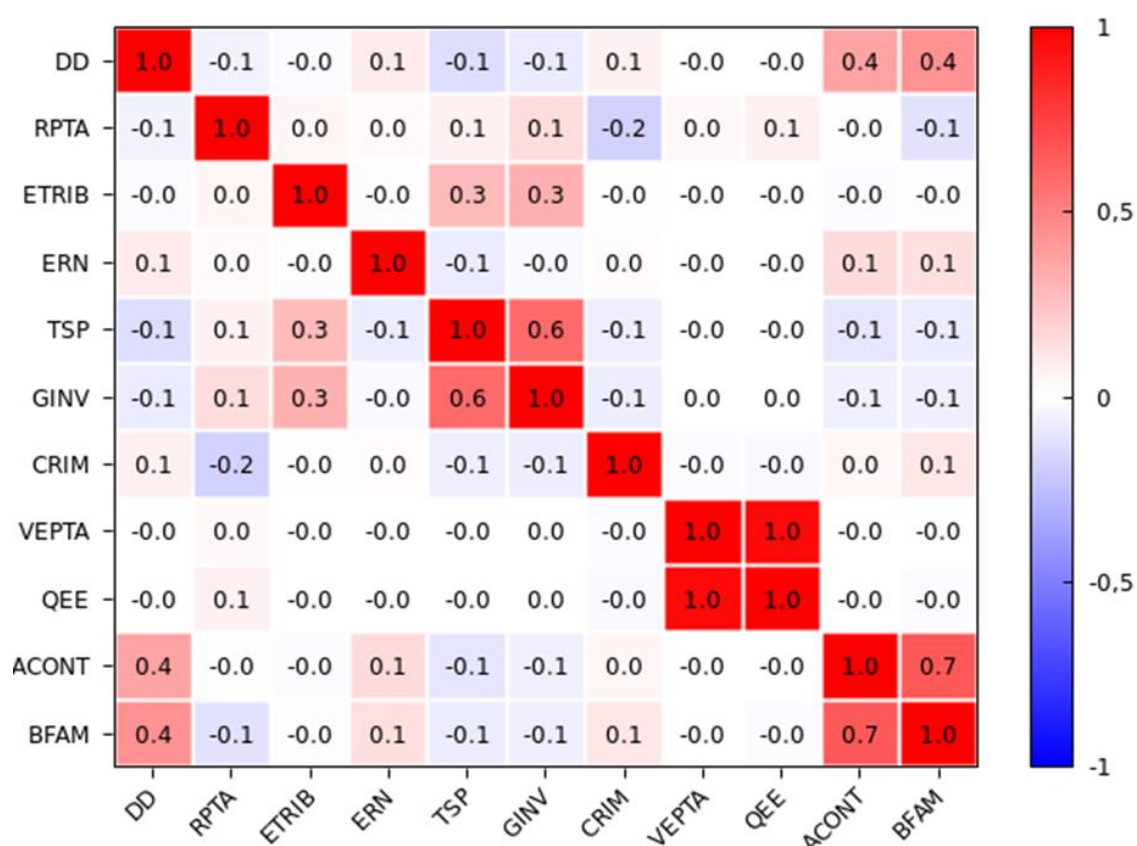
Em relação a variável dependente, a distribuição de notas do CAPAG revela que das 22.280 observações potenciais, 29,65% estavam ausentes. A ausência de notas ocorreu de maneira mais significativa no primeiro ano de implantação da metodologia, onde apenas 2.985 municípios apresentaram atribuição de nota por parte da STN ou 54% do total. Em 2021 o número de notas atribuídas aumentou para 4.672 municípios, o que corresponde a 84% do total.

Em termos gerais, somente 19 (ou 0,12% das notas) municípios receberam a classificação D. As avaliações restantes ficaram assim distribuídas: 8699 com nota C, 3302 com nota B e 3655 com nota A. É possível observar um aumento no percentual de notas melhores ao longo do tempo. Em 2018, 21% dos municípios receberam a melhor nota; em 2020, o percentual ficou em 18%, mas no ano seguinte, aliado ao aumento no número de municípios avaliados, o número de nota A chegou a quase um terço do total ou 31%.

4.2. Correlação

Foram calculadas a correlação entre as variáveis independentes. A figura 4 a seguir apresenta os resultados obtidos, com destaque, para as correlações mais significativas.

Figura 4- Matriz de correlação entre as variáveis



Fonte: elaborado pelo autor.

É possível notar que a maioria das variáveis independentes não guarda uma relação expressiva entre si. Mas depreende-se que o elevado valor entre VEPTA e QEE sugere um forte problema de colinearidade o que pode trazer problemas na análise. Em adição, é pertinente destacar a presença de correlação entre as variáveis ACONT e BFAM. Como estas últimas são variáveis absolutas e não estão divididas pelo número de habitantes, também podem afetar o resultado.

Antes de calcular a regressão foi retirada a variável QEE – elevada correlação com VEPTA, e as variáveis independentes foram padronizadas, dividindo cada observação pelo desvio-padrão da amostra. Aplicou-se o logaritmo das variáveis ACONT e BFAM. Isso permitiu reduzir substancialmente a curtose e o enviesamento das variáveis.

4.3. Regressão Logit ordenada

Para responder à questão da pesquisa, foi calculada a regressão logit ordenada tendo como variável dependente a nota do CAPAG e variáveis independentes

relacionadas com índices de finanças públicas e de características do município. Os resultados, para 15.675 observações, estão na tabela 7.

Tabela 7 – LOGIT em ordem para erros robustos

	coeficiente	erro padrão	Z	p-valor
s_DD	0,043	0,017	2,489	0,013
s_RPTA	0,131	0,021	6,213	< 0,000
s_ETRIB	-0,090	0,016	-5,474	< 0,000
s_ERN	0,122	0,013	9,099	< 0,000
s_TSP	-0,091	0,021	-4,366	< 0,000
s_GINV	-0,003	0,016	-0,197	0,844
s_CRIM	-0,173	0,020	-8,652	< 0,000
s_VEPTA	0,049	0,015	3,191	0,001
s_ACONT	0,056	0,026	2,185	0,029
s_BFAM	-0,086	0,042	-2,052	0,040
cut1	-6,739	0,229	-29,37	< 0,000
cut2	0,238	0,016	14,560	< 0,000
cut3	1,219	0,019	63,730	< 0,000

Número de casos 'corretamente previstos' = 8756 (55,9%)

Nota: s_DD - Densidade demográfica padronizada; s_RPTA- Receita per capita padronizada; s_ETRIB - Esforço tributário padronizada; s_ERN - Exploração dos recursos naturais padronizada; s_TSP- Tamanho do setor público padronizada; s_GINV- Gasto com investimento padronizada; s_CRIM- Criminalidade per capita padronizada; s_VEPTA - Quantidade de vínculos empregatícios per capita padronizada; s_BFAM- Quantidade pessoas beneficiárias do programa Bolsa Família padronizada; s_ACONT- Atividade contábil padronizada.

Fonte: Elaboração própria.

O modelo apresenta uma margem de 55,9% de casos previstos de acertos considerando-se aceitável, além disso apresenta cortes significativos e crescentes. É importante notar que quase todas as variáveis apresentaram um p-valor reduzido, indicando que afetam a variável dependente. Salienta-se que como existem quatro ordens, a regressão apresentou três cortes. Conforme definição do modelo, os coeficientes angulares são os mesmos em todas as categorias, mudando somente os interceptos ou pontos de corte (Gujarati, 2019).

Conforme interpretação dada por Gujarati (2019), o coeficiente 0,056 para a variável ACONT significa que o acréscimo em 01(um) unidade do número da atividade contábil, os logaritmos ordenados das chances de se situar em uma categoria mais alta do CAPAG aumenta em cerca de 5,6%, mantendo os demais regressores constantes. Os outros regressores possuem a mesma explicação.

O sinal obtido pelo modelo da Logit indica que a classificação de capacidade financeira está associada proporcionalmente à densidade demográfica, a receita per capita, a exploração dos recursos naturais, ao tamanho do setor público, a quantidade de vínculos empregatícios per capita e a quantidade de estabelecimentos contábeis. Assim, quanto maior a densidade demográfica, maior a chance de o município receber uma melhor nota. Por outro lado, há uma relação inversa entre a nota e o esforço tributário, a criminalidade per capita, o tamanho do setor público e a quantidade de pessoas que participam do programa bolsa família. Um município que tem uma grande parcela da população recebendo o programa bolsa família terá mais chances de obter uma nota menor do CAPAG.

Entre as variáveis que tiveram significância é importante destacar que àquelas que apresentaram o maior valor da estatística *z*, em módulo, foram exploração de recursos naturais (9,099) e a criminalidade (-8,652).

É importante notar que esta é uma pesquisa exploratória sobre o tema e as conclusões aqui apresentadas devem ser analisadas com cautela. A relação entre o recebimento de bolsa e a nota menor pode ser decorrente do fato de que uma localidade que possui maior número de pessoas que dependam de um programa governamental de renda deve ser um local com maior pobreza. A quantidade de pessoas beneficiárias do programa funcionaria então como *proxy* de uma outra variável, não mensurada diretamente, que é a riqueza dos habitantes daquele município.

4.4. Análise adicional

No sentido de explorar de maneira mais adequada os resultados obtidos, três análises adicionais foram realizadas, visando obter mais consistência nos dados. A primeira foi a utilização de logística binária, através da separação entre os municípios com reprovação na nota versus os demais municípios. Já a segunda foi realizar uma análise prévia de componentes principais com as variáveis independentes, antes de calcular o modelo de logit ordenada. A terceira e última análise foi usar o mesmo modelo principal, acrescentando a variável temporal.

4.4.1. Análise dos componentes principais

O modelo indicado na Tabela 7 possui dez variáveis independentes. Uma forma de torná-lo mais parcimonioso é usando a análise de *stepwise*, retirando as variáveis que

não são significativas no resultado final. Isso resultaria, no entanto, na eliminação de somente uma variável, GINV, o que talvez não seja suficiente para simplificar o resultado.

Uma forma de tornar a análise mais simplificada é resumir as variáveis independentes em alguns poucos fatores, através da Análise de Componentes Principais (PCA). Usando a PCA para as variáveis independentes do modelo, exceto QEE, foram obtidos os autovalores constantes da Tabela 8.

Tabela 8 - Análise de Autovalores da Matriz de Correlação

Componente	Autovalor	Proporção	Acumulada
1	2,207	0,220	0,220
2	1,733	0,173	0,394
3	1,061	0,106	0,500
4	0,954	0,095	0,596
5	0,943	0,094	0,690
6	0,919	0,092	0,781
7	0,797	0,080	0,861
8	0,674	0,067	0,929
9	0,371	0,037	0,966
10	0,341	0,034	1,000

Fonte: Elaboração própria.

Segundo Hair et al (2009) a PCA possui como regra para definir os autovalores o fato de o resultado ser maior do que a unidade (coluna “autovalor” da Tabela 8). Deste modo, o resultado da PCA para as variáveis independentes trouxe três autovalores. As cargas dos componentes selecionados, os três primeiros, indicou o resultado expresso na tabela 9.

Tabela 9- Autovetores (cargas dos componentes)

	PC_SP	PC_ACONT	PC_CRIM
s_DD	0,403	-0,080	-0,259
s_RPTA	0,550	0,090	0,010
s_ETRIB	0,371	-0,028	-0,049
s_ERN	0,002	-0,262	0,215
s_TSP	0,544	0,104	-0,009
s_GINV	0,270	0,122	0,113
s_CRIM	-0,008	-0,094	-0,713
s_VEPTA	0,131	0,028	0,592
s_ACONT	0,077	-0,660	0,113
s_BFAM	0,075	-0,667	-0,017

Fonte: Elaboração própria.

É possível notar que o primeiro componente tem um foco especialmente em duas variáveis: receita per capita (0,550) e o tamanho do setor público (0,544). O segundo componente é composto principalmente da quantidade de bolsa famílias (-0,667) e do número de estabelecimentos contábeis (-0,660). Esse resultado é coerente com a matriz de correlação apresentada anteriormente, onde estas duas variáveis apresentaram uma elevada correlação. O terceiro componente tem o destaque na taxa de criminalidade (-0,713) e na quantidade de vínculos empregatícios (0,592). Para destacar o principal elemento de cada componente, os componentes principais foram denominados de PC_SP, PC_ACONT e PC_CRIM, na ordem.

Após essa etapa, os fatores foram usados para calcular os valores para cada um dos municípios. Assim, calculou-se a logit ordenada, tendo a CAPAG como variável dependente, e os três componentes como variáveis independentes. O resultado encontra-se na Tabela 10.

Tabela 10 - Logit em ordem, usando os resultados da PCA

	Coeficiente	Erro padrão	Z	p-valor
PC_SP	0,011	0,010	1,055	0,291
PC-ACONT	0,003	0,007	0,4684	0,640
PC_CRIM	0,181	0,016	11,19	<0,000
cut1	- 6,727	0,229	-29,32	<-0,000
cut2	0,230	0,016	14,28	<0,000
cut3	1,203	0,019	63,33	<0,000

Fonte: Elaboração própria

É possível notar que os pontos de corte continuam significativos e os valores dos coeficientes dos pontos de corte não mudaram substancialmente. Entretanto, um fato interessante é que somente o terceiro fator da PCA é que apresentou um coeficiente significativo. Voltando à Tabela 7, é possível notar que a variável s_CRIM apresentou o segundo maior valor da estatística z, em módulo, indicando ser a segunda variável mais relevante para explicar a nota CAPAG.

O modelo com três variáveis, usando a PCA, apresentou um grau de acerto de 55,2%, um pouco menor que o modelo principal desta dissertação.

4.4.2. Análise da nota forte e fraca

Conforme salientado anteriormente, a nota CAPAG possui quatro graduações. As notas C e D seriam notas fraca enquanto A e B seriam notas forte. Como o número de

casos de nota D foi reduzido, retirou-se tal caso da amostra e separou as demais observações em dois grupos: forte (A e B) e de fraca (grupo C). Após ter sido feita essa reclassificação, o modelo básico foi rodado, agora usando a Logit Binária.

A tabela 11 apresenta os resultados da Logit Binária usando a segregação de forte e fraca. A taxa de acerto do modelo foi de 57,4% e os resultados do p-valor das variáveis independentes apresentaram um resultado ligeiramente pior do que os modelos anteriores. Como o modelo é binário, a constante é o único ponto de corte. O seu valor indica que é possível separar os dois grupos de maneira satisfatória. As variáveis Exploração dos Recursos Naturais e Criminalidade continuaram apresentando os maiores valores, em módulo, para a estatística z. E o número de bolsa família agora possui uma estatística um pouco acima de 5%.

Tabela 11 - Logit Binária usando CAPAG = C como 1 e Forte = 0

	Coeficiente	Erro padrão	Z	p-valor
Costante	0,237	0,016	14,57	<0,000
s_DD	-0,029	0,018	-1,611	0,107
s_RPTA	-0,117	0,022	-5,388	<0,000
s_ETRIB	0,079	0,017	4,545	<0,000
s_ERN	-0,123	0,016	-7,894	<0,000
s_TSP	0,087	0,022	4,065	<0,000
s_GINV	-0,004	0,017	-0,216	0,829
s_CRIM	0,170	0,021	7,977	<0,000
s_VEPTA	-0,042	0,016	-2,534	0,011
s_ACONT	-0,116	0,053	-2,178	0,029
s_BFAM	0,091	0,053	1,702	0,089

Fonte: Elaboração própria.

4.4.3. Acrescentando o ano

Foi comentado anteriormente que as avaliações do CAPAG melhoraram em 2021, em relação aos anos anteriores. Em razão deste fato, o modelo básico foi recalculado, acrescentando agora a variável temporal.

O resultado da Logit Ordenada, com a variável tempo, encontra-se na tabela 12. O resultado indicou uma taxa de acerto do modelo de 55,8%, bem próxima ao modelo básico. É possível notar que não ocorreu uma mudança expressiva nos coeficientes angulares, bem como nos resultados da estatística z: novamente, ERN e Criminalidade se destacaram.

Tabela 12 - Logit Ordenada acrescentando o Ano

	Coefficiente	Erro padrão	Z	p-valor
s_DD	0,052	0,017	3,016	0,003
s_RPTA	0,130	0,021	6,127	<0,000
s_ETRIB	-0,120	0,017	-7,197	<0,000
s_ERN	0,123	0,013	9,212	<0,000
s_TSP	-0,088	0,021	-4,209	<0,000
s_GINV	-0,008	0,016	-0,506	0,613
s_CRIM	-0,172	0,020	-8,520	<0,000
s_VEPTA	0,048	0,016	3,108	0,002
s_ACONT	0,063	0,028	2,179	0,029
s_BFAM	-0,093	0,047	-1,975	0,048
Ano_base	0,192	0,014	13,14	<0,000
Cut1	-6,440	0,230	-27,98	<0,000
Cut2	0,559	0,030	18,64	<0,000
Cut3	1,550	0,032	47,92	0,00

Fonte: Elaboração própria.

A variável Ano, acrescentada no modelo, também mostrou com uma significância elevada. Ou seja, a métrica de avaliação da capacidade financeira dos municípios depende do ano em que foi usada. Como o coeficiente apresentou um resultado positivo, isso indicaria que as avaliações mais recentes tiveram realmente notas melhores.

Este fato faz sentido, quando existe algo que possa ter melhorado a capacidade dos municípios brasileiros no período. No caso específico, estamos falando do ano de 2021, quando o Brasil estava convivendo com uma pandemia. O resultado parece ser contrário ao esperado, já que em períodos como esse, os municípios devem gastar mais com despesas de saúde e assemelhados, e a arrecadação seria, a priori, menor.

Uma possível explicação para o fato talvez esteja em uma decisão administrativa da STN que afrouxou as regras de avaliação, para não aumentar ainda mais a crise fiscal dos entes federados.

Por último, apresenta-se a relação de influência dos coeficientes obtidos por meio da Regressão Logit Ordenada e esperado por esta pesquisa. A tabela 13 apresenta a relação entre o sinal esperado e os resultados obtidos.

Tabela 13 – Sinal esperado x resultado

Indicador	Sigla	Sinal esperado	Resultado
Densidade demográfica	DD	(+)	(+)
Receita per capita	RPTA	(+)	(+)

Esforço tributário	ETTRIB	(+)	(-)
Exploração dos recursos naturais	ERN	(+)	(+)
Tamanho do setor público	TSP	(-)	(-)
Gasto com investimento	GINV	(+)	(-)
Criminalidade per capita	CRIM	(-)	(-)
Quantidade de vínculos empregatícios per capita	VEPTA	(+)	(+)
Quantidade de empresas per capita	QEE	(+)	(+)
Quantidade de pessoas beneficiárias do programa Bolsa Família	BFAM	(-)	(-)
Atividade contábil	ACONT	(+)	(+)

Fonte: Elaboração própria

Presume-se que as variáveis: DD, RPTA, VEPTA, ACONT que apresentaram resultados positivos mantém relação estreita com os recursos da comunidade local trazendo o entendimento que a atividade econômica local mais forte pode contribuir para a melhoria da arrecadação e, por conseguinte, da condição financeira municipal. Já as variáveis TSP, CRIM, BFAM ligadas a necessidades locais apresenta o esforço do poder público em atender as demandas sociais com serviço, infraestrutura, segurança etc.

Em adição, depreende-se que a variável BFAM, apresentada como influência negativa na condição financeira dos governos municipais, não apenas oferece percepções valiosas para os gestores públicos sobre a realidade socioeconômica local, mas também pode servir como uma base sólida para o desenvolvimento e implementação de políticas mais direcionadas e eficazes que atendam às necessidades desta parcela vulnerável da população.

Analisando as variáveis com sinais diferentes do esperado, destaca-se que a variável ETRIB exerce influência negativa na condição financeira dos municípios brasileiros. Este indicador está relacionado com a receita tributária do município e a renda total da comunidade, sendo necessário cautela na análise deste indicador tendo em vista que tanto pode revelar o esforço tributário do cidadão frente a sua capacidade de pagamento quanto à disposição do poder público em obter mais receita, especialmente em cidades de grande porte.

A variável GINV apesar de apresentar-se com sinal negativo não apresentou significância para explicar a condição financeira dos municípios. De modo semelhante, os achados de Souza (2020) indicaram que a classificação final da condição financeira governamental não exerce uma influência significativa sobre os gastos com investimento público.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos municípios brasileiros enfrentam desafios em suas finanças públicas, especialmente após eventos inesperados como a pandemia de COVID-19, que forçaram gastos extraordinários para lidar com a crise sanitária e suas mais diversas consequências.

Em um contexto socioeconômico em constante transformação, a promoção de debates sobre a teoria da condição financeira voltados ao setor público vem ganhando cada vez mais espaço e encontrar soluções viáveis que contribuam para a estabilidade e a saúde das finanças públicas é um desafio convidativo e iminente.

Buscou-se com esta dissertação analisar a influência dos indicadores socioeconômicos na condição financeira dos 5.570 governos subnacionais brasileiros, acrescido do Distrito Federal, no período de 2018 a 2021. Para atingir este objetivo, foi adotado a nota CAPAG atribuída pela STN como medida para classificar a condição financeira dos municípios e sua relação com 11 indicadores sociais e econômicos. Como contribuição adicional, analisou-se também a influência da atividade contábil presente nos municípios e sua possível relação com a condição financeira dos governos locais.

Sobre os indicadores socioeconômicos que impactam a condição financeira dos municípios brasileiros adotou-se duas hipóteses, sendo elas: H1 – Os indicadores socioeconômicos influenciam a condição financeira dos municípios brasileiros. Apresentou-se parcialmente confirmada. Destaca-se que apenas a variável gasto com investimentos- GINV não se apresentou significativa com 5% de margem de erro.

As variáveis: Densidade demográfica-DD, Receita per capita-RPTA, Exploração dos Recursos Naturais- ERN, Quantidade de vínculos empregatícios per capita- VEPTA foram significantes e exercem influência positiva na condição financeira dos municípios de modo que o acréscimo de uma unidade aumenta a probabilidade (4,3%, 13,1%, 12,2 % e 4,9%, respectivamente) do município ser enquadrado em uma condição financeira forte.

Já as variáveis Esforço tributário-ETRIB, tamanho do setor público-TSP, Criminalidade per capita-CRIM e quantidade pessoas beneficiárias do programa Bolsa-família-BFAM exercem influência negativa na condição financeira dos municípios. O acréscimo de uma unidade reduz a probabilidade de o município encontrar-se em uma boa condição financeira (9,0%, 9,1%, 17,3% e 8,6%, respectivamente). A variável GINV

registrou influência negativa e não apresentou significância para explicar a probabilidade de o governo municipal enquadrar-se em uma condição financeira forte.

Destaca-se também a influência negativa da variável CRIM. Esta informação é pertinente pois reverbera a ideia de que altas taxas deste indicador tendem a uma maior pressão por gastos públicos na área de segurança pública e que também pode interferir no desenvolvimento de atividades econômicas locais, tais como o fechamento de estabelecimentos comerciais, fuga de indústria e demais investimentos da atividade privada o que pode levar a redução da receita pública com impostos, taxas e contribuições de melhorias.

As variáveis TSP e BFAM apresentaram sinal esperado pelo estudo. A influência negativa destas variáveis sugere a pressão que o setor público sofre para atender a diversas demandas locais, como serviços, infraestrutura e segurança. Essa análise ajuda a compreender os desafios enfrentados pelo setor público e pode ser útil na formulação de políticas e estratégias para lidar com essas demandas e pressões.

Sobre a hipótese H2 – A presença da atividade contábil influencia a condição financeira dos municípios brasileiros? Foi confirmada. Apresentou resultado significativo com margem de 5% de erro e exerce uma relação positiva na condição financeira dos municípios brasileiros, de modo que o aumento de uma unidade representa um acréscimo de 5,6% de probabilidade de o governo subnacional ser classificado com uma forte condição financeira. Esta informação faz sentido pressupondo que a presença da atividade contábil pode contribuir para a melhoria da arrecadação dos impostos, desenvolvimento da atividade econômica local e por conseguinte, aumento das receitas públicas.

Destaca-se também a variável Ano, acrescentada no modelo, que mostrou significância elevada. Sugerindo que a métrica de avaliação da capacidade financeira dos municípios depende do ano em que foi usada. Como o coeficiente apresentou um resultado positivo, isso indicaria que as avaliações mais recentes tiveram notas melhores.

Constata-se que o objetivo proposto neste estudo foi alcançado averiguando em que medida os indicadores sociais e econômicos exercem influência na condição financeira dos municípios brasileiros. Deste modo, ressalta-se a relevância deste estudo para a literatura contábil no país enquanto fortalece novas frentes de pesquisas na área da contabilidade governamental, especificamente, na área de análise financeira dos governos.

É pertinente frisar que os achados obtidos nesta pesquisa são valiosos, mas não representam uma resposta em definitivo sobre a influência de indicadores

socioeconômicos na condição financeira dos municípios brasileiros. Este tema é multifacetado e pode demandar análises mais detalhadas, inclusive considerando outros elementos e períodos que possam influenciar a saúde financeira dos municípios.

Ademais, como limitação desta pesquisa enfatiza-se a ausência de alguns dados em 2018, especialmente da nota CAPAG e a indisponibilidade de informações mais recentes e completas em outras bases de dados oficiais do governo. A falta de informações que compunham a formação das variáveis não permitiu a inclusão do ano de 2022 nesta pesquisa.

Para estudos futuros sugere-se investigações mais aprofundadas na tentativa de extrair informações adicionais presentes na relação entre os indicadores socioeconômicos e a condição financeira dos municípios brasileiros. Investigar os motivos que levaram a melhoria da condição financeira de alguns municípios. Sugere-se também a inclusão de outras variáveis, a utilização de outros modelos preditivos da condição financeira e a inclusão de maiores períodos temporais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Risolene Alves de Macena; LEITE, Kalina Kely Miranda; LEITE FILHO, Paulo Amilton Maia. Influência da condição financeira nas subvenções governamentais dos estados brasileiros em cenário de crise econômica. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 38, n. 3, p. 01-18, 2019.

ARAÚJO, Ronaldo José Rêgo de *et al.* Medidas objetivas e subjetivas de condição financeira governamental: os gestores públicos municipais conhecem sua condição financeira? **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 42, n. 1, p. 154-172, 2023.

BATISTA, André Pereira *et al.* Análise da condição financeira dos municípios brasileiros no contexto da pandemia da Covid-19. In: XVI CONGRESSO ANPCONT. 2022. ANPCONT. Foz do Iguaçu – PR.

BERNE, Robert; SCHRAMM, Richard. **The financial analysis of governments**. New Jersey: Prentice Hall, 1986.

BORGES, Maria Gabriela Barbosa. Impactos da Covid-19 nas receitas tributárias e na condição financeira dos estados do Sudeste do Brasil. In: XX USP International Conference in Accounting, 2020, São Paulo, SP, Brasil. **Anais...**Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/3010.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Economia. Portaria ME Nº 5.623, de 22 de junho de 2022. Estabelece os critérios para análise da capacidade de pagamento, da suficiência das contragarantias, do custo das operações de crédito e para a concessão de garantias da União. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. Edição: 118. Seção: 1. Página: 33. Brasília. Ministério da Economia. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-me-n-5.623-de-22-de-junho-de-2022-410048284>. Acesso em: 3 mar. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**. Brasília - DF, 17 mar. 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil e define metas para taxas de pobreza. **Diário Oficial da União**. Brasília - DF, 30 dez. 2021. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14284.htm. Acesso em: 5 abril 2023.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 5 maio 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 1 maio 2023.

BRASIL. Emenda constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 15 dez. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm. Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. **Projeto de Lei Complementar nº 62, 16 de março de 2023**. Estabelece Novo Arcabouço Fiscal da União voltado para a sustentabilidade da dívida, a integração das regras fiscais, e dá outras providências, com amparo no Capítulo II do Título II da Constituição, inciso VIII e parágrafo único do art. 163, art. 164-A e § 2 do art. 165 e no art. 9º da Emenda Constitucional nº 126, de 2022. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2244723&filenome=Tramitacao-PLP%2062/2023. Acesso em: 2 abr. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei Complementar nº 93, 18 de abril de 2023**. Institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, nos termos do disposto no art. 6º da Emenda à Constituição nº 126, de 21 de dezembro de 2022. Congresso Nacional. 2023. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2260147. Acesso em: 25 abr. 2023.

CASAL, Roberto Cabaleiro; GÓMEZ, Enrique J. Buch; LISTE, Antonio Vaamonde. Financial situation and political parties in local governments: Empirical evidence in the Spanish municipalities. **Investigaciones Europeas de Dirección y Economía de la Empresa**, v. 20, n. 3, p. 110-121, 2014.

CHEN, Gang. Assessing the Financial Impact of Natural Disasters on Local Governments. **Public Budgeting & Finance**, [S.L.], v. 40, n. 1, p. 22-44, 12 nov. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/pbaf.12245>.

CIFUENTES-FAURA, Javier; SIMIONESCU, Mihaela; GAVUROVA, Beata. Determinants of local government deficit: evidence from Spanish municipalities. **Heliyon**, v. 8, n. 12, p. 1-11, 2022. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9793273/>. Acesso em: 23 fev. 2023.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CMN. Confederação Nacional de Municípios. Distrito Federal. Defesa Civil. **Danos e prejuízos causados por desastres no Brasil entre 2013 a 2023**. 2023. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/biblioteca/exibe/15604>. Acesso em: 6 abr. 2023.

DANTAS JÚNIOR, Amarando Francisco *et al.* **A influência do federalismo fiscal sobre o estresse fiscal dos municípios brasileiros**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade Federal da Paraíba. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/13039/1/Arquivototal.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

DONATO, Igor Thierry Silva. **Fatores financeiros determinantes do stress fiscal dos estados brasileiros**. 2020. 108f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia. **Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®**. Elsevier Brasil, 2017.

FERNANDES, José Lúcio Tozetti. **Maldição dos recursos naturais e produtividade do gasto público nos municípios brasileiros**. 2016. 140 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis). Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasília, 2016.

GUJARATI, Damodar. **Econometria: princípios, teoria e aplicações práticas**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

GUIMARÃES, Carlos Augusto Espínola. **Fatores explicativos da capacidade de pagamento dos municípios brasileiros, tendo como indicador a CAPAG/STN**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2022.

GROVES, Sanford M; NOLLENBERGER, Karl; VALENTE, Maureen G. **Evaluating financial condition: a handbook for local government**. 4. ed. International City County Management Assn, 2003.

HAIR, J; et al. **Análise Multivariada de Dados**. Porto Alegre: Bookman, 2009

HOSMER JUNIOR, David W; LEMESHOW, Stanley; STURDIVANT, Rodney X. **Regressão logística aplicada**. John Wiley & Filhos, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores IBGE: Contas nacionais trimestrais, indicadores de volume e valores correntes.** Out.-dez.2021. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2021_4tri.pdf. Acesso em: 1 abr. 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da população.** Rio de Janeiro, 2019-2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edição=31451 & t=destaques>. Acesso em: 2 mar. 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Organização do território, estrutura territorial, divisão territorial.** Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://geofp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/estrutura_territorial/divisao_territorial/2021/. Acesso em: 2 mar. 2023.

JACOB, Benoy. Fiscal health and sustainability concepts and measures. In: LEVINE, Helisse *et al.* **Handbook of Local Government Fiscal Health.** Burlington: Jones & Bartlett Learning, 2013. p. 1-533. Disponível em: https://samples.jbpub.com/9780763792305/92305_fmxx_pass03.pdf. Acesso em: 4 mar. 2023.

KIM, Youngsung; MATKIN, David S. T. Financial condition and internal control deficiencies: evidence from New York counties. **Public Budgeting & Finance**, v. 40, n. 1, p. 45-69, 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/pbaf.12246>. Acesso em: 20 fev. 2023.

KLEYNHANS, Ewert P. J.; COETZEE, Clive. Assessment of Financial Conditions of South African Municipalities: a unique model for kwazulu-natal. **Southern African Business Review**, [S.L.], v. 23, n. 1, p. 1-25, 17 jan. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.25159/1998-8125/4396>.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIMA, Severino Cesário; DINIZ, Josedilton Alves. **Contabilidade pública: análise financeira governamental.** São Paulo: Atlas, 2016.

LIMA, Andreza Cristiane Silva de. **Fatores que explicam a condição financeira dos estados brasileiros no período de 2012 a 2016.** 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em:

<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/30790/1/DISSERTAÇÃO%20Andreza%20Cristiane%20Silva%20de%20Lima.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2023.

MACHADO, Rosaly; FERREIRA, Fabio Vizeu. **A contabilidade enquanto uma instituição moderna**: reflexões e apontamentos sobre sua trajetória histórica. *Brazilian Journal of Development*, v. 5, n. 11, p. 22998-23023, 2019.

MENDES, Marcos. Federalismo Fiscal. In: ARVATE, Paulo Roberto; BIDERMAN, Ciro (Orgs.). **Economia do setor público no Brasil**. Elsevier Brasil. Rio de Janeiro. 2004. Cap. 22, p. 421-461.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Disponível em <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>. Acesso em: 2 abr. 2023.

MUSGRAVE, Richard A. MUSGRAVE; Peggy D. **Finanças públicas**: teoria e prática. São Paulo: Edusp, 1980.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto. **Teoria da Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

NOBRE, Carla Janaina Ferreira *et al.* **A condição financeira governamental e sua influência na transparência da gestão pública municipal**. 2017. 81f. Dissertação (Mestrado Ciências em Contábeis). Universidade Federal da Paraíba. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/12571/1/Arquivototal.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2023.

OATES, Wallace E. *et al.* **Fiscal federalism**. Reino Unido: Edward Elgar Pub, 1972.

PEREIRA, Adriana Soares. *et al.* **Metodologia da pesquisa científica**. Santa Maria, RS: UFSM, NTE. 2018.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO; Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Batista. **Metodologia de pesquisa**. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SCORSONE, Eric A.; JUSTICE, Jonathan B.; LEVINE, Hélice. (orgs.). **Manual de saúde fiscal do governo local**. Jones & Bartlett Publishers, 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SINGLA, Akheil; STONE, Samuel B. Fiscal decentralization and financial condition: The effects of revenue and expenditure decentralization on state financial health. **State and Local Government Review**, v. 50, n. 2, p. 119-131, 2018. Disponível em: sagepub.com/journals-permissions. Acesso em: 22 de mar. de 2023.

SOCIEDADE BÍBLICA DO BRASIL. **Bíblia Sagrada**. Revista e atualizada. 2. ed. Traduzida por João Ferreira de Almeida. Barueri. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

SOLL, Jacob. **The Reckoning: Financial Accountability and the Rise and Fall of Nations**. New York: Basic Books, 2014.

SOUSA, Kleber Moraes de; LEITE FILHO, Paulo Amilton Maia; PINHANEZ, Monica de Maria Santos Fomitani. **Condição financeira e os fatores socioeconômicos dos municípios brasileiros**. Pensar Contábil, v. 21, n. 75, 2019. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/55462/condicao-financeira-e-os-fatores-socioeconomicos-dos-municipios-brasileiros>. Acesso em: 1 mar. 2023.

SOUZA, Deborah Chaussê de Freitas. **Influência da condição financeira governamental sobre os gastos com investimento público nos maiores municípios brasileiros**. 2020. 78f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade Federal da Paraíba. 2020. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/18222/1/DeborahChaussêDeFreitasSouza_Dissert.pdf. Acesso em: 27 fev. 2023.

SUBIRES, María Deseada López; BOLÍVAR, Manuel Pedro Rodríguez. **Financial sustainability in governments**. A new concept and measure for meeting new information needs. Financial sustainability in public administration: Exploring the concept of financial health, p. 3-20, 2017. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-57962-7_1. Acesso em: 22 fev. 2023.

VIEIRA, Luis Manuel Esteves da Rocha. **Impacto das instituições fiscais na condição financeira dos estados brasileiros**. 2019. 138f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis). Universidade Federal da Paraíba. 2019. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/19736/1/LuisManuelEstevesDaRochaVieira_Tese.pdf. Acesso em: 2 mar. 2023.

WANG, Xiaohu; DENNIS, Lynda; TU, Yuan Sen. **Measuring financial condition: A study of US states**. Public Budgeting & Finance, v. 27, n. 2, p. 1-21, 2007. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1540-5850.2007.00872.x>. Acesso em: 1 mar. 2023.